

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
INOVAÇÃO.**

RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2011

Brasília-DF, 30 Março de 2012.

SUMÁRIO

1.1	RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	5
2.1	RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	6
2.2	ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	11
2.3	PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ	12
2.3.1.1	SOFTWARE	12
	RESULTADOS	14
2.3.1.2	MICROELETRÔNICA, SEMICONDUTORES E DISPLAYS.....	21
	PROCESSOS PRODUTIVOS BÁSICOS (PPBS)	24
	PARTICIPAÇÃO EM SEMINÁRIOS, EVENTOS E AÇÕES DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS	25
2.3.1.4	AÇÕES DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.....	29
1.1.1.	RELAÇÃO DOS PROGRAMAS	31
1.1.2.	PROGRAMA 1388 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉRCIO EXTERIOR (PITCE).....	31
2.3.2	Execução Física das ações realizadas pela UJ	39
2.4	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO	39
2.4.1	Programação Orçamentária da Despesa	39
2.4.2	PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES.....	39
2.4.3	PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL.....	40
2.4.5	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	42
3.	PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	42
3.1	RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS... ..	42
3.2	ANÁLISE CRÍTICA.....	42
4.	PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	42
4.1	PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	42
5.	PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	43
5.1	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	43
5.1.1	DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	43
5.2	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS	44
5.2.1	Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria	44
5.3	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	45
5.4	DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	45
5.5	TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA PELA UNIDADE JURISDICIONADA.....	46
	Quadro A.5.9 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada – não se aplica	46
5.6	INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS	47
6.	PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	47
6.1	INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO	47
6.1.1	Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011.....	47
6.1.2	Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios	47
6.1.3	Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes.....	48
6.2	INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE.	48
6.3	ANÁLISE CRÍTICA.....	49

7.	PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.....	49
7.1	MODELO DA DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	49
8.	PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.....	51
8.1	SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93	51
8.2	ANÁLISE CRÍTICA.....	52
9.	PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.....	52
9.1	ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	52
10.	PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.....	54
10.1	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	54
11.	PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº108, DE 24/11/2010.....	55
11.1	GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	55
12.	PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.....	56
12.1	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	56
13.	PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.....	56
13.1	DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO.....	56
14.	PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.....	56
14.1	RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ.....	56
	Quadro A.14.1 – Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ.....	56
	Quadro A.14.2 - Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida	56
	Quadro A.14.3 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas (Não se Aplica)57	
	Quadro A.14.5 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Físicas (Não se Aplica) 57	
	Quadro A.14.6 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas.....	57
	Quadro A.14.7 - Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela própria UJ (Não se Aplica) 58	
	Quadro A.14.8 - Prestações de Contas de Renúncia de Receitas.....	58
	Quadro A.14.9 - Comunicações à RFB.....	58
	Quadro A.14.10 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas.....	58
	Quadro A.14.11 - Ações da RFB (Não se Aplica).....	58
15.1	DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	60
	ITEM 16 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010.....	64
	Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício	64
	Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência.....	65
	ITEM 1 DA PARTE “B” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010.....	66
	Quadro B.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada....	66
	Quadro B.1.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício NÃO REFLETEM corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.	66
	ANEXO.....	1

APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Política de Informática – SEPIN tem como atribuição formular, implementar e acompanhar políticas públicas e ações voltadas para o setor de Tecnologias da Informação e Comunicação-TICs no Brasil. Tais políticas têm como objetivos a capacitação tecnológica e a competitividade do setor visando promover as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, com o aumento da participação dos investimentos privados e a integração das instituições científicas e tecnológicas com o setor produtivo.

O instrumento fundamental para a realização de P,D&I pelas empresas são os incentivos fiscais apoiado em ações de estímulo: à indústria local de bens e serviços, ao desenvolvimento das cadeias produtivas associadas, à capacitação e formação de recursos humanos, à consolidação e atratividade de empresas, complementado por investimentos e compras governamentais. Tais ações visam o fortalecimento tecnológico e inovador da indústria local, a redução do déficit da balança comercial, a geração de empregos em todo o território nacional, e, principalmente, a redução do desequilíbrio social e econômico regional, a inclusão sócio-digital.

A Lei de Informática-LI constitui o marco legal que demanda maior esforço de gestão desta Secretaria, não somente pelo tempo de cerca de 20 anos de existência de um setor com grande dinamismo tecnológico, em particular pelos resultados alcançados, mas principalmente pelo grau de complexidade que requer sua aplicação e acompanhamento.

Adicionalmente à gestão da Lei de Informática, a SEPIN contribui na elaboração, implementação e acompanhamento de políticas e programas específicos relacionados ao setor de TIC's por grupos de trabalho conduzidos por outras pastas ministeriais do Executivo (MDIC, CAMEX, RFB/MF, MINICOM, MEC, MRE, MPOG, MTE) e agências governamentais (ANATEL, BNDES, FINEP) entidades de classe do setor e fóruns internacionais.

A Secretaria contribui nos trabalhos de comitês e conselhos de diversas instituições e supervisão de atividades e centros de pesquisa e empresa pública vinculados ao MCTI, tais como, CEITEC S.A., CATI, LNCC, CTI, RNP, Softex, Comitê Gestor da Internet no Brasil. A SEPIN participa, ainda, em vários foros nacionais e internacionais vinculadas a outras pastas de Governo, tais como, CNCP-MJ, GIPI-MDIC, GTC-MC, CPqD/MC, Grupo de Trabalho Conjunto/TV Digital-MRE, Grupos de Trabalho do Mercosul e, mais

recentemente, o PNBL – Programa Nacional de Banda Larga, com a coordenação do Grupo Temático de Política Industrial e Tecnológica no CGPID. Destacamos, a coordenação desta Secretaria no programa mobilizador estratégico em TICs, de grande importância para ações governamentais no âmbito da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP.

O setor de Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs se caracteriza como infraestrutura fundamental para o desenvolvimento social e econômico do País, constituindo-se num dos principais geradores e difusores do progresso técnico e da produtividade na economia atual, presente em todos os setores econômicos. Este setor é prioritário na implantação de políticas tecnológica, industrial e comercial das economias mais avançadas, contribuindo em 2009 com cerca de US\$ 1,6 trilhão do volume de negócios da economia mundial.

As TICs abrangem os segmentos de semicondutores, programas e serviços de computador, tecnologias de redes de comunicação e os equipamentos de processamento digital de informações, além de tecnologias emergentes tais como TV Digital, tecnologias de acesso e conectividade (banda larga, wireless,...). Na economia brasileira a participação deste setor é da ordem de US\$ 60 bilhões, sendo que o montante relacionado ao faturamento das empresas beneficiárias da Lei de Informática é cerca de US\$ 40 bilhões.

1.1 Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação			Código SIORG: 1988
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria de Política de Informática.			
Denominação abreviada: SEPIN-MCTI			
Código SIORG: 2058	Código LOA: 240101	Código SIAFI: 240116	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Administração Direta			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE:
Telefones/Fax de contato:	(61) 2033.7855	(61) 2033. 7900	(61) 2033.7532
Endereço eletrônico: sepin@mct.gov.br			
Página da Internet: http://www.mcti.gov.br/sepin			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 3º andar - CEP: 70062-900, Brasília-DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto n. 5.314, de 17/12/2004 – DOU 20/12/2004.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portarias e decretos			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
A Secretaria de Política de Informática – SEPIN é um órgão singular de abrangência nacional, constituída por meio do Decreto Nº 5.314, de 17 de dezembro de 2004, publicado no D.O.U. de 20.12.2004, revogado pelo Decreto Nº 5.886, de 06 de setembro de 2006, publicado no D.O.U. de 8.9.2006. Regimento Interno - Portaria MCT nº 336, de 12.05.2005, publicada no D.O.U. de 16.05.2005, Seção I, pág. 5.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
240.116	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/SPOA		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
0001	SPOA/MCT		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
240101			

2.1.1 Competência Institucional

A SEPIN é um órgão da Administração Direta integrante da estrutura do Ministério, com as seguintes competências regimentais:

I - propor, coordenar e acompanhar as medidas necessárias à execução da política nacional de informática e automação;

II - propor, coordenar e acompanhar as medidas necessárias à execução das políticas para o desenvolvimento do setor de software e serviços relacionados no País;

III - propor, coordenar e acompanhar as ações necessárias para o desenvolvimento da Internet e do comércio eletrônico no País, em conjunto com outros órgãos de Governo;

IV - colaborar com os diversos órgãos das esferas pública e privada, visando o ingresso do País na Sociedade da Informação;

V - participar, no contexto internacional, das ações que visem o desenvolvimento das tecnologias da informação, da Internet e do comércio eletrônico e seus reflexos, com o aumento da participação do País no cenário das novas sociedades da informação;

VI - analisar e dar parecer às propostas de concessão de incentivos fiscais a projetos do setor de informática e automação;

VII - articular a elaboração dos Planos Nacionais de Informática e Automação a serem submetidos ao Conselho Nacional de Informática e Automação; e

VIII - assistir tecnicamente aos órgãos colegiados na sua área de atuação.

No âmbito de suas atribuições, a SEPIN propõe e implementa ações de políticas públicas e projetos, nacionais e internacionais, para o setor de tecnologias da informação e comunicação (TICs), com objetivo de integrar e coordenar o desenvolvimento e a utilização de produtos e serviços avançados de computação, comunicação e conteúdos e suas aplicações, visando a universalização do acesso e a inclusão de todos os indivíduos na sociedade da informação. Com isso, trabalha com o propósito de promover implantação de redes abertas de pesquisa, a diversidade cultural e a ênfase de que as TICs não são um fim em si mesmo, mas devem ser um instrumento de inclusão sustentável. Participa na criação de mecanismos multilaterais, transparentes e democráticos de governança da Internet, ressaltando no papel das TICs na promoção do desenvolvimento. Adicionalmente, promove a implementação de políticas públicas para a superação do hiato digital e a importância do software livre na promoção da inclusão digital.

Em sua missão de formular propostas de políticas e programas de âmbito nacional relacionadas com TICs, a SEPIN, nas últimas décadas, vem realizando ações que norteiam o Setor, tais como a implementação de programas e projetos de interesse nacional na área e a promoção ao desenvolvimento de suas cadeias produtivas. Isto tem se configurado por meio da execução de Programas Prioritários para software, semicondutores e redes de computadores, bem como pelo estímulo ao desenvolvimento e produção de partes, peças e componentes dos bens fabricados no País. Tais ações visam a geração de empregos, a melhor equalização da balança comercial do setor, a criação de oportunidades de avanço tecnológico para a indústria local e o aumento das atividades de pesquisa e desenvolvimento em TICs no País.

No âmbito da legislação que está mais diretamente envolvida com as ações desenvolvidas pela SEPIN destacam-se: i) Lei 7.232/84, Lei 8.248/91, Lei 10.176/01 e Lei 11.077/04 (Leis de incentivos fiscais para o setor de Informática); ii) Lei 9.609/98 (Lei de Software) e iii) Lei 11.484/07 que dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados.

A política para o setor de TICs tem estimulado a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em Tecnologia da Informação e a ampliação da capacidade produtiva da indústria de bens de informática, executadas pelas empresas beneficiárias dos incentivos da Lei de Informática (Lei 11.077/04) e pelas instituições de ensino e pesquisa em TICs do País. É oportuno esclarecer que a atual legislação de incentivos fiscais privilegia as empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática e automação que investirem em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação, para conceder-lhes, inicialmente, isenção do IPI. São mais favorecidas as regiões de influência das extintas SUDAM e SUDENE e a região Centro-Oeste, no intuito de reduzir as desigualdades regionais e favorecer um desenvolvimento nacional mais equilibrado.

Em semicondutores/microeletrônica a política adotada visa a implantação plena desta indústria no País, em bases competitivas internacionalmente e com impacto na economia nacional, procurando replicar no Brasil a importância que esse setor tem assumido nas economias de países com mais expressão no contexto da economia do conhecimento.

Em software, a SEPIN desenvolve ações para estimular a produção local, tanto para obter ganhos de competitividade interna, como para efetivamente inserir-se no mercado

internacional. Esta proposta de política ativa visa à transformação do País em um centro de excelência na produção e exportação de software e serviços de tecnologia da informação.

A SEPIN participa ativamente do processo de implantação da TV Digital no Brasil, especialmente através de ações que visam o incremento da capacitação tecnológica nacional, tanto das instituições de pesquisa quanto das empresas, para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e desenvolvimento que possam resultar em inovações tecnológicas a serem incorporadas em sistemas de tecnologias digitais para informação e comunicação.

Os investimentos efetuados na área de Internet, comércio eletrônico, serviços e segurança de redes têm se pautado no acompanhamento e avaliação do desenvolvimento das redes brasileiras e mundiais, em criar condições favoráveis para a implantação de serviços demandados pela economia organizada em rede e na proposição de políticas de segurança em redes de serviços on-line da administração pública.

Num reconhecimento de que as TICs possuem um papel fundamental na promoção do desenvolvimento do País, foram incluídas como opções estratégicas, na atual Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE, os setores de software e semicondutores, juntamente com os de bens de capital e medicamentos.

Este contexto reafirma a importância das TICs para o desenvolvimento econômico e social do País e as tecnologias envolvidas neste processo têm transformado as estruturas e as práticas de produção, comercialização, consumo, cooperação e competição entre os agentes, alterando a própria cadeia de geração de valor. Do mesmo modo, regiões, segmentos sociais, setores econômicos, organizações e indivíduos são afetados diferentemente por este paradigma, em função das condições de acesso à informação, da base de conhecimentos gerados e, sobretudo, da capacidade de aprender e inovar.

2.1.2 Objetivos Estratégicos

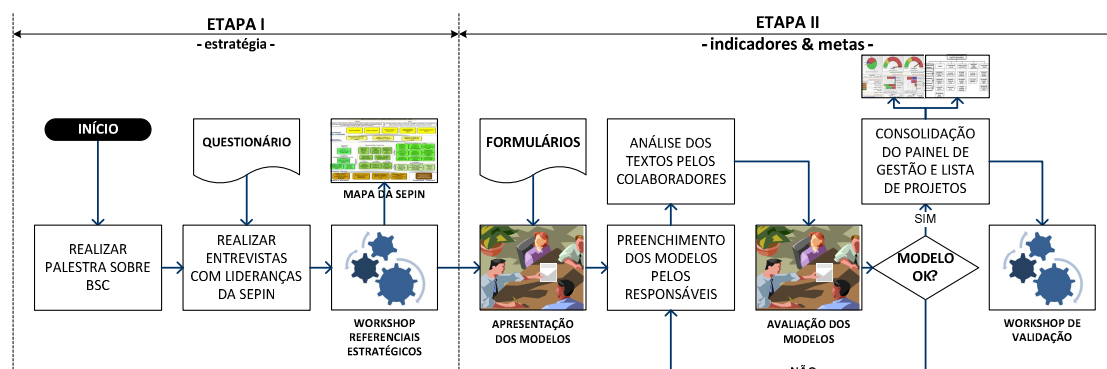
Iniciada em 2011, a atual gestão da Secretaria de Política de Informática, realizou seu Planejamento Estratégico com vistas à própria reestruturação da Secretaria, haja vista a importância da criação de estruturas públicas condizentes com suas atribuições legais.

A Secretaria tem passado por uma completa reavaliação de seu papel, metas institucionais, planejamento de médio e longo prazo, avaliação dos potenciais conflitos com atos emanados em outras gestões, etc. Neste sentido, procedeu-se a realização de um

Planejamento Estratégico, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), fundação vinculada ao Ministério do planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) em abril de 2011.

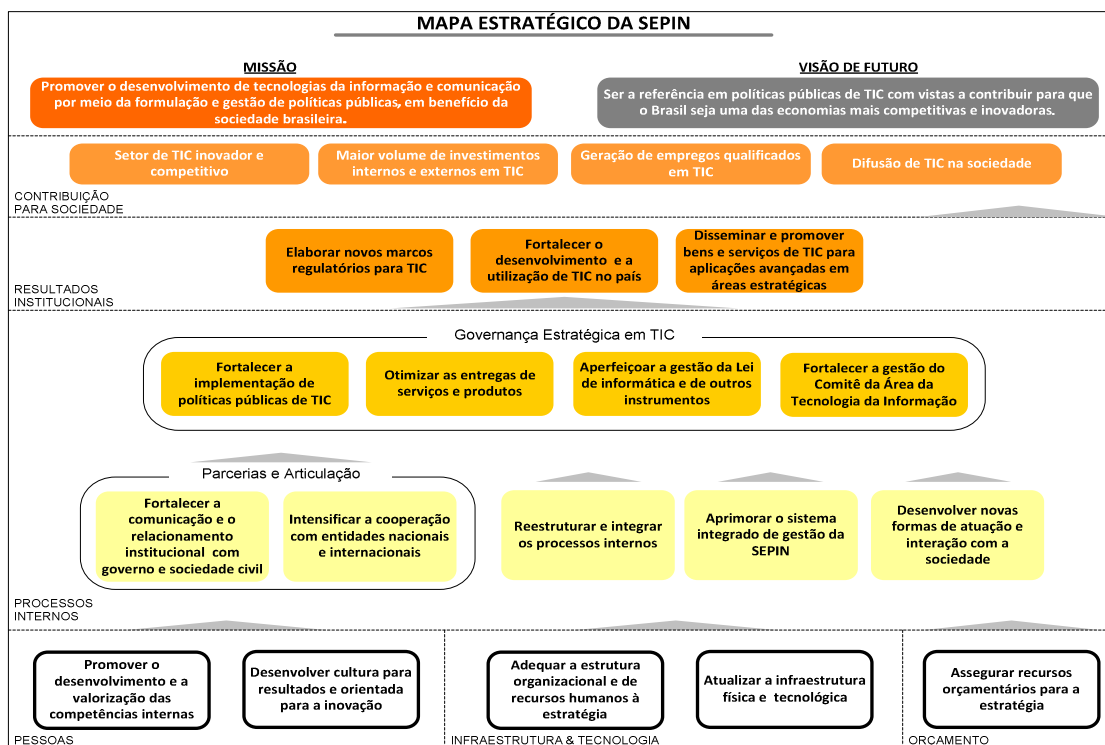
O Planejamento Estratégico da SEPIN envolveu uma série de oficinas de planejamento ocorridas em abril/maio de 2011. Os eventos foram promovidos pela SEPIN em parceria com a ENAP e reuniu colaboradores de diversas áreas e interessados na elaboração do Plano Estratégico da Secretaria. O trabalho teve como objetivo geral contribuir, de forma participativa, para a implantação de gestão estratégica na Secretaria de Política de Informática, por meio das discussões sobre os seguintes pontos: i) Missão da SEPIN; ii) Visão de Futuro da SEPIN; iii) Objetivos estratégicos e Mapa Estratégico; iv) Painel de gestão (indicadores e metas); e v) Programas e projetos estratégicos da Secretaria.

A elaboração do Planejamento Estratégico da SEPIN envolveu duas etapas: i) **Etapa I (estratégia)** – esta etapa envolve a captação de informações sobre o ambiente institucional sob as seguintes perspectivas: contribuição da SEPIN para a Sociedade; resultados institucionais da SEPIN; processos internos; pessoal e infra-estrutura física e tecnológica. Finalizando essa fase, foi definida a estratégia da Secretaria organizada em diagrama denominado Mapa Estratégico; e ii) **Etapa II (indicadores & metas)** – o foco desta etapa foi a definição de um conjunto de métricas capazes de traduzir as conquistas e os avanços pretendidos e realizados pela SEPIN. Além disso, foram identificadas as principais iniciativas (projetos e processos), inovadoras ou já em curso, capazes de impulsionar a organização na direção desejada.



Através de uma figura que ocupa um único ambiente visual (por isso é chamada de mapa), agrupam-se os objetivos estratégicos em perspectivas fundamentais. Para tanto,

construiu-se o Mapa Estratégico da SEPIN, ferramenta que apresenta de forma lógica e estruturada, a estratégia da instituição. O mapa estratégico foi elaborado após um processo de debates intensos, com ampla participação de todas as lideranças e colaboradores. Sua maior virtude é proporcionar o alinhamento entre os diversos objetivos estratégicos, traduzindo de forma visual e direta a estratégia adotada.



2.1.3 Análise do Andamento do Plano Estratégico da Unidade

Como indicado no Mapa Estratégico da Secretaria, uma das necessidades explicitadas pela SEPIN diz respeito a “Aperfeiçoar a gestão da Lei de Informática”, levando em consideração a necessária atualização da infra-estrutura tecnológica, quadro de pessoal e orçamento para a execução das políticas públicas na área de Tecnologias da Informação e Comunicação. A realização de um diagnóstico completo sobre todos os processos da SEPIN foi executada, que indicou a grande carência de pessoal e a necessidade de reestruturação da instituição para fazer frente às suas atribuições.

Adicionalmente, foi realizada também uma análise pormenorizada de todos os convênios, termos de parceria e recursos transferidos via Programas Prioritário de

Informática para as instituições receptoras, sendo analisados valores, procedimentos, notas técnicas, prestações de contas de gestões anteriores, assim como pessoal empregado nestas atividades, marco regulatório de transferência, orçamento disponibilizado, sistemas de TI disponíveis, etc. O foco estabelecido remontou a completa avaliação da instituição para o seu posterior realinhamento estratégico.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

A Secretaria de Política de Informática – SEPIN tem por finalidade formular propostas de políticas e programas de âmbito nacional relacionados com Tecnologias da Informação – TI. Tais políticas e programas têm como objetivo a capacitação tecnológica da indústria de computação, automação, telecomunicações, microeletrônica, software e serviços técnicos associados, instalada no País, a atração de investimentos nessas áreas e o aumento da oferta local de bens e serviços que contribuam para o desenvolvimento e a maior competitividade dos demais setores da economia, com efeitos positivos para o cidadão brasileiro.

Estrutura organizacional composta por:

Departamento de Políticas e Programas Setoriais em Tecnologia da Informática e Comunicação – DETIC;

Coordenação-Geral de Microeletrônica – CGME;

Coordenação-Geral de Serviços e Programas de Computador – CGPC;

Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTE.

O Departamento de Políticas e Programas Setoriais em Tecnologia da Informação e Comunicação - DETIC tem por finalidade subsidiar a formulação de políticas e a definição de estratégias para a implantação de programas setoriais, projetos e atividades e acompanhar as medidas necessárias à execução da política nacional de informática e automação além de participar, no contexto internacional, das ações que visem o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, da propriedade intelectual, serviços, da internet e do comércio eletrônico e seus reflexos, com o aumento da participação do País no cenário das novas sociedades da informação.

A Coordenação-Geral de Microeletrônica – CGME tem por finalidade propor, implementar, coordenar e avaliar políticas de incentivos fiscais, programas de qualidade e de avaliação de conformidade que visem o desenvolvimento do segmento de componentes, semicondutores e optoeletrônicos no País.

A Coordenação-Geral de Serviços e Programas de Computador - CGPC tem por finalidade propor, implementar, coordenar e avaliar políticas de incentivos fiscais, fortalecimento e consolidação de micros, pequenas e médias empresas, software livre, programas de qualidade e de avaliação de conformidade, de capacitação tecnológica, de acesso a internet e de desenvolvimento social, cultural e econômico que visem o desenvolvimento dos setores de serviços intensivos em tecnologia da informação e de programas de computador no País.

A Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTE tem por finalidade propor, implementar, coordenar e avaliar políticas de incentivos fiscais, capacitação tecnológica, produtividade e competitividade, programas de qualidade e de avaliação de conformidade e projetos que visem o desenvolvimento do setor de tecnologia da informação no País. Essa coordenação tem como missão estimular a capacitação em P&D no setor de tecnologia da informação, bem como o fortalecimento das empresas e das instituições científicas e tecnológicas, por meio da implementação da Lei de Informática – Lei 8.248/91.

2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

2.3.1 EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO SOB-RESPONSABILIDADE DA UJ

2.3.1.1 Software

O Brasil ocupa uma posição destacada como mercado consumidor de software no cenário internacional e, especialmente, na América Latina. Entretanto, a evolução da participação da Indústria Brasileira de Software e Serviços de TI (IBSS) no mercado internacional de software (*market share*) ainda é muito pequena. O Brasil ainda não dispõe de um número expressivo de empresas de grande porte nesse setor, que requer uma estratégia

integrada de ações de políticas públicas para o desenvolvimento do setor com foco na inserção global.

Observa-se que os principais resultados obtidos por empresas de software e serviços de TI nas últimas décadas decorrem de ações fragmentadas (haja vista a transversalidade setorial), em parte devido a demandas específicas de setores como automação industrial, telecomunicações, financeiro, dentre outros. Embora estes setores tenham conseguido construir uma base tecnológica em hardware e software, apoiados em grande medida na Lei de Informática (Lei nº 8.248/91), as competências desenvolvidas ainda são insuficientes e pouco adequadas para ampliar significativamente a inserção do Brasil no mercado internacional.

No âmbito da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), formulada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, TIC se destaca como um de seus Programas Prioritários e o setor de software e serviços de TI é um dos setores identificados estratégico. Nesse contexto, o Programa de Estímulo ao Setor de Software e Serviços de TI visa implementar ações que endereçam os principais gargalos para que a indústria brasileira de software e serviços de TI aumente sua competitividade e capacidade produtiva, para ampliar a participação das empresas nacionais nos mercados interno e externo e, assim, tornar o Brasil uma das referências no cenário internacional do setor.

Como uma das principais ações arroladas para o setor podemos destacar a construção de uma Política Nacional de Software e Serviços de Tecnologia da Informação, incluindo a formulação e integração de ações transversais com impacto em toda a indústria de software e serviços de TI. Dentre as estratégias de atuação podemos citar: (1) elaboração de Plano com metas, ações e prioridades para a geração de um setor de Software e Serviços de TI competitivo globalmente, com foco em integração com outros programas de governo, através de consenso articulado envolvendo outros órgãos do governo, entidades setoriais, empresas, academia, sociedade civil organizada na consecução dos macro-objetivos, ações e prioridades; como exemplo de macro-objetivo, se almeja tornar o país uma das cinco maiores economias de software e serviços de TI em 2020; (2) formulação e integração de ações transversais com impacto em toda a indústria de software e serviços de TI, tais como; formação de recursos humanos em escala e qualidade adequadas aos meta-objetivos, desoneração tributária, certificação de tecnologia nacional, melhoria de processo de produção e inovação; (3) desenvolver os ecossistemas digitais de software e serviços de TI em vários setores competitivos e estratégicos da economia brasileira (petróleo e gás, energia, telecomunicações, aeroespacial, mineração, agronegócio, saúde, transportes, grandes eventos esportivos etc.); (4)

formular ações de apoio financeiro e capitalização (subvenção econômica, venture capital etc.) vinculadas aos ecossistemas digitais (setores da economia), integrando compras governamentais e encomendas estratégicas para a geração de viabilidade econômica dos projetos.

A estratégia setorial se fundamenta em três eixos:

i. Ações Transversais (formação de recursos humanos, exportação e internacionalização, qualidade, normalização e melhoria de processo, inovação e empreendedorismo, capital de risco, informações e *Market Intelligence* sobre o setor)

ii. Ecossistemas Digitais

iii. Certificação de Tecnologia Nacional em Software

RESULTADOS

i. Ações Transversais:

Formação e capacitação de recursos humanos: Com base em programa aprovado pelo Comitê da Área de Tecnologia da Informação – CATI, o MCTI tem desenvolvido um conjunto de ações destinadas a formar e capacitar recursos humanos nos diversos níveis de escolaridade necessários para atuar no setor. Nesse sentido, ocorreram desde 2009 ações para dar continuidade a iniciativas dos anos anteriores, para: *i)* ampliar o número de programadores de nível médio; *ii)* adequar a formação de profissionais por escolas de nível médio e superior às necessidades das empresas; *iii)* reciclar e especializar os conhecimentos de profissionais que atuam no setor e *iv)* estimular a formação de pesquisadores e multiplicadores de conhecimento em temas relacionados a engenharia de software por meio da oferta adicional de bolsas de mestrado e doutorado para os programas de pós-graduação no País. Tais ações resultaram na: **implementação de 10 bolsas adicionais de doutorado em programas de Engenharia de Software e definição de projeto para futura capacitação de 1.000 profissionais em desenvolvimento de software com projetos em várias unidades da Federação, bem como criação de *marketplace* para a intermediação de vagas no segmento.**

Incrementar a competitividade do setor: Nesse tema, o Plano prevê medidas para aperfeiçoar o marco legal, particularmente no tocante a desoneração tributária, com a finalidade de fortalecer empresas de software e serviços que exerçam atividades no País para atender as demandas local e internacional em condições competitivas de preço e qualidade. A

partir da Lei nº 12.546/2011, o setor de software foi um dos beneficiários da desoneração da folha de pagamento com o lançamento do Plano Brasil Maior (2011), alterando a alíquota de contribuição previdenciária de 20% sobre a massa salarial para 2,5% do faturamento líquido das empresas. Esta Secretaria atuou diretamente nas análises econométricas e setoriais para a proposta de desoneração discutida entre o setor privado e o Ministério da Fazenda.

Qualidade, Normalização e Melhoria de Processo: O Plano visa estimular a adoção das melhores práticas de engenharia de software pelas empresas do setor em seu processo de desenvolvimento, bem como nos processos de aquisição de software e serviços de TI pelo conjunto dos setores da economia que os utilizam, em conformidade com o estado da arte e as normas internacionais de qualidade aplicáveis. Adicionalmente, há a reestruturação da participação brasileira nos comitês da ABNT e da ISO/IEC referentes à software e serviços de TI, reposicionando o Brasil na discussão sobre normalização no segmento que tem apresentado grandes mudanças e impactos nas compras governamentais de TICs.

Meta: Implementar melhores práticas em pelo menos 50 empresas de software e serviços de TI em 2012, especialmente nas PMEs, por meio de avaliações nos modelos MPS.BR ou CMMI. Ação apoiada pelo CT-INFO no final do ano de 2011, que prevê a aplicação do MPS.BR em conjunto de empresas com o intuito de expandir a produtividade, a capacidade inovadora e reduzir barreiras não tarifárias existentes no setor.

Fortalecer o mercado nacional: O Plano estabelece ações que visam induzir a expansão do uso de tecnologias de informação e comunicação nas cadeias produtivas, particularmente nas micro, pequenas e médias empresas, bem como a criação e o aperfeiçoamento dos instrumentos de financiamento tanto para as empresas do setor, quanto para os usuários de seus produtos e serviços.

Incentivar segmentos emergentes: Incentivar o desenvolvimento de software e serviços mediante parcerias com empresas e centros de pesquisa em segmentos emergentes e de alto potencial de crescimento, tais como, comunicação sem fio, TV digital, visualização, entretenimento, software como serviço e aplicações para novas modalidades de computação, por ex. *clusters* de computadores e computação em grade (*grid*) e em nuvem (*cloud*). Foram estabelecidas três redes de competência nos temas ‘Software Público Brasileiro’, ‘Visualização Avançada’ e ‘Segurança da Informação e Criptografia’.

Fomentar pesquisa e desenvolvimento: Apoiar o desenvolvimento de projetos de P,D&I em computação em áreas consideradas de alta complexidade e grande desafio, que estejam alinhadas com as estratégias nacionais. Adicionalmente, estimular e acompanhar os projetos de P&D em software que são desenvolvidos pelas empresas beneficiárias dos incentivos da Lei de Informática.

Informações e Inteligência de Mercado do setor de software e serviços de TI: Apoiar o levantamento, a sistematização e a divulgação de informações sobre o setor de software e serviços de TI do Brasil. Em 2011, foi atualizada a publicação ‘Software e Serviços de TI – A Indústria Brasileira em Perspectiva’ que divulgará informação sobre o setor por meio de publicação impressa e página na Internet. Objetiva-se realizar a análise sistemática e aprofundada de mercado e tendências tecnológicas em nichos de segmento da cadeia de software e serviços de TI.

ii. Ecossistemas Digitais:

A iniciativa dos Ecossistemas Digitais – ED auxilia os atores de uma economia local a tornarem-se atores (*players*) ativos na economia global valorizando sua cultura e vocação local, habilitando-os a interagir e criar redes de valores em um nível global.

A implementação dos EDs, em geral, tem seguido o modelo das “espécies-chave”, onde o ecossistema é dominado por uma grande empresa cercada por um grande número de pequenos fornecedores. Este modelo funciona bem quando a empresa central é saudável, mas ele representa um ponto fraco significativo para a economia da região quando o ator dominante economicamente enfrenta dificuldades econômicas. Este modelo é representativo da estrutura econômica americana onde podemos encontrar um número grande de grandes empresas no centro de uma rede de fornecedores. O modelo de DBE desenvolvido na Europa é menos estruturado e mais dinâmico. É composto de médias e pequenas empresas e pode também acomodar grandes empresas, os atores se complementam, conduzindo a uma versão mais dinâmica da divisão de trabalho e são organizadas em torno de uma cadeia de valores. Este modelo é particularmente bem adaptado para indústria de serviços e de conhecimento onde é fácil para as pequenas empresas se reinventarem, diferentemente, por exemplo, da indústria automotiva.

Neste sentido, o Plano Brasil Maior visa a desenvolver os ecossistemas digitais de software e serviços de TI em vários setores competitivos e estratégicos da economia brasileira (petróleo e gás, energia, telecomunicações, aeroespacial, mineração, agronegócio, saúde,

transportes, grandes eventos esportivos, etc.), integrando ações de apoio financeiro e capitalização (subvenção econômica, *venture capital*, etc.), compras governamentais e encomendas estratégicas vinculadas a eles.

Assim, a geração de talentos e recursos humanos, somados à infraestrutura, P&D&I e encomendas/compras estratégicas possibilitarão o fortalecimento e criação de ecossistemas digitais orientados a setores-chaves da economia. Os setores elencados inicialmente são energia, petróleo e gás, grandes eventos esportivos, infraestrutura defesa e segurança, áreas com grande impacto social, telecomunicações, sustentabilidade e bancarização.

iii. Certificação de Tecnologia Nacional em Software:

A discussão do uso de certificados de origem e tecnologia nacional advém da emergência das leis nº 8.248/91 e 8.666/93, que buscavam, respectivamente, dotar o país de uma estrutura de tecnologias da informação avançada ainda nos idos da emergência da informática e automação, assim como um regramento licitatório que estabelecesse este segmento da economia como especial, portador de futuro, e, portanto, sendo privilegiado com a adoção de regras de licitação e compras públicas que beneficiassem produtos e serviços desenvolvidos no país (artigo 3º da Lei 8.666/93).

Adicionalmente, tendo em vista a estruturação de políticas públicas de desenvolvimento produtivo e tecnológico emanadas a partir de 2003, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) começou a adotar alguns parâmetros para a realização de aportes de apoio financeiro e capitalização atrelados a mecanismos que indicassem algum grau de desenvolvimento de tecnologia nacional, em especial na área de TICs. Podemos destacar o PROSOFT e o FINAME como grandes instrumentos alavancadores utilizados pelo BNDES para prover recursos financeiros aos diversos sub-segmentos da cadeia de TIC. No entanto, ainda persiste a necessidade de aperfeiçoar o processo de certificação de tecnologia nacional para que o Banco possa ampliar o estímulo ao desenvolvimento de software no País.

Ademais, com o advento da Medida Provisória nº 495/2010, convertida na Lei nº 12.349/2010, estabeleceu-se no Estatuto Licitatório a possibilidade do uso de margens de preferência para produtos e serviços resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País, cabendo (artigo 2º) ao Ministério da Ciência e Tecnologia estabelecer

requisitos e critérios para a definição dos métodos de certificação dos produtos inovadores produzidos no País.

“Com referência ao âmbito de aplicação das medidas preconizadas, ratifica-se disposição genérica prevista na Lei nº 12.349, de 2010, atinente à implementação das margens de preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais nos processos licitatórios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma dos regulamentos específicos. Determina-se, a propósito, que a margem de preferência será calculada em termos percentuais, até o limite de vinte e cinco por cento, em relação à melhor proposta classificada de produtos e serviços estrangeiros, nos termos definidos em Decretos pertinentes à matéria”

“(…) No que tange à margem de preferência adicional - ora definida como o diferencial máximo de preços entre produtos e serviços nacionais, resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no país, e produtos e serviços estrangeiros -, o regulamento confere aos Ministérios da Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior a atribuição para estabelecer os requisitos e critérios para verificação dos produtos e serviços resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País.” (EM Interministerial nº 69/2011 - MF/MP/MCT/MDIC/MRE, Brasília, 18 de maio de 2011)

Vale destacar também que há regramento específico para o setor de TIC na legislação que define margens de preferência para bens e serviços de TIC desenvolvidos no país, tal como preceitua o § 12 do art. 3º da Lei nº 8.666¹, de 1993. Tal dispositivo legal objetiva possibilitar que contratações de sistemas de tecnologia da informação e comunicações – considerados estratégicos sejam, por questões de segurança, restritas a bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o processo produtivo básico. Assim, é necessário salvaguardar sistemas importantes do Estado brasileiro e mitigar a dependência de bens e serviços sobre os quais se tenha baixa gestão do conhecimento. Esses sistemas se materializam por meio de serviços continuados, necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições constitucionais e cuja interrupção pode comprometer seriamente a continuidade de suas atividades. Dessa forma, o domínio pelo País dessas tecnologias é fundamental para garantir a soberania e a segurança nacionais.

¹ § 12. Nas contratações destinadas à implantação, manutenção e ao aperfeiçoamento dos sistemas de tecnologia de informação e comunicação, considerados estratégicos em ato do Poder Executivo federal, a licitação poderá ser restrita a bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o processo produtivo básico de que trata a Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001.

Adicionalmente, a iniciativa ajuda no adensamento da cadeia produtiva de TICs, com impacto relevante e positivo para a geração de empregos e fortalecimento desse importante setor da economia, fato que está alinhado com o interesse estratégico do Governo em desenvolver os segmentos de tais tecnologias no Brasil.

Porém, apesar da existência de regramento legal para a adoção de medidas certificadoras de tecnologia nacional em alguns segmentos de TIC, há grande escassez de método e informações para a realização deste tipo de atividade no Brasil, gerando um grande risco regulatório para o setor privado e demais órgãos governamentais, já que a utilização compulsória do poder de compra estatal precisa estar baseada em regras e certificações críveis que garantam aos gestores públicos e entes privados a credibilidade e lisura necessárias para a execução das compras públicas que alavanquem o desenvolvimento científico e tecnológico no país.

Neste sentido, tendo em vista a singularidade do projeto e por envolver elementos de hardware e software e suas integrações, fez-se mister o desenvolvimento célere de tal metodologia, envolvendo os diversos atores da sociedade civil organizada, academia, outros órgãos de governo e empresas, com o fito de avaliar as melhores práticas para certificação de tecnologia nacional crível.

Assim, em parceria com o Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI), unidade de pesquisa do MCTI, iniciou-se o projeto para a elaboração de modelo para Certificação de Tecnologia Nacional em Tecnologias da Informação e Comunicação. O projeto encontra-se em andamento, com previsão de lançamento em maio 2012.

O projeto foi contratado com recursos dos Programas Prioritários (PPI) da Lei de Informática, no âmbito do Programa Hardware-BR, com valor total de R\$ 1.926.980,00 e repasse de recursos no valor de R\$ 1.037.339,14 em 2011.

Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade em Software – PBQP Software:

O PBQP Software procura estimular a adoção de normas, métodos, técnicas e ferramentas da qualidade e da Engenharia de Software, promovendo a melhoria da qualidade dos processos, produtos e serviços de software brasileiros, de modo a tornar as empresas mais capacitadas a competir em um mercado globalizado.

O PBQP Software, com uma proposta de programa mobilizador, é composto por voluntários, interessados na melhoria da qualidade e produtividade do software brasileiro, ligados ao governo, academia e setor privado.

As linhas de ação do PBQP-Software são:

- Ciclo de Projetos
- Indicadores
- Série de Livros
- Participação no processo de normalização internacional

A seguir apresentam-se os resultados das ações do PBQP-Software em 2011:

Série de Livros do PBQP Software: Dando continuidade a ação “Série de Livros do PBQP Software” para o Ciclo 2011 foram apresentadas cinco propostas de livros em um dos seguintes temas da área de Engenharia de Software, com foco em Qualidade de Software:

- Reutilização de Software
- Gerência de Configuração de Software
- Melhoria de Processo de Software com Métodos Ágeis e Modelo MPS
- Gerência de Portfólio de Projetos
- Controle Estatístico de Processos de Software
- Medição de Software
- Gerência do Conhecimento em Empresas de Software
- Estimativas em Projetos de Software

As propostas apresentadas foram avaliadas por um Comitê Editorial que resultou no livro “Medição de Software e Controle Estatístico de Processos

Indicadores: Durante o ano de 2011 foi realizado o estudo “A Evolução da Qualidade na Indústria Brasileira de Software - 1995/2009” tendo como base os resultados das pesquisas “Qualidade no Setor de Software Brasileiro” aplicadas nos anos de 1995/2009 para análise dos dados existentes e elaborado diagnóstico com a evolução da qualidade na indústria brasileira de software nesse período.

Projetos PBQP Software: Foram submetidos 68 projetos ao Ciclo 2011 do PBQP Software, selecionados 47 pelo Comitê de Avaliadores do Programa durante o Workshop da Qualidade e Produtividade de Software - WQPS 2011 acompanhados ao longo do ano de 2011.

Durante o WQPS 2011 ocorreu a finalização do processo de avaliação dos projetos concluídos, que foram submetidos ao Ciclo 2010 do PBQP Software, com vistas a concessão do Prêmio Dorgival Brandão Júnior aos três melhores projetos daquele ciclo. Foram contemplados, respectivamente, os seguintes projetos em ordem de classificação: 1º lugar Curso de Residência em Arquitetura de Software: Uma Parceria UFPA, UNAMA e CESUPA com AmazonCorp, CTIC-UFPA e PRODEPA; 2º Lugar - Uma Investigação sobre os Fatores Críticos de Sucesso em Iniciativas de Melhoria de Processos de Software; 3º Lugar - Agile Brazil 2010 - Conferência Brasileira sobre Métodos Ágeis de Desenvolvimento de Software

Ao longo do ano de 2011 foram realizados três Encontros da Qualidade e Produtividade em Software - EQPS com o objetivo de avaliar os projetos submetidos e selecionados, nas cidade de Curitiba durante o Simpósio Brasileiro de Qualidade de Software - SBQS 2011, em setembro no Rio de Janeiro e em novembro na cidade de Manaus.

2.3.1.2 MICROELETRÔNICA, SEMICONDUTORES E DISPLAYS

Os componentes eletrônicos, representados pelos semicondutores e os dispositivos optoeletrônicos, com destaque para os mostradores de cristal líquido (*displays LCD*), entraram definitivamente na agenda da política tecnológica e industrial dos últimos dez anos. Além do significativo *déficit* da balança comercial que esses componentes representam, foi identificada a necessidade de ampliar e, para alguns componentes dar início à produção no País. Também é fundamental formar e capacitar recursos humanos e incrementar as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Em 2011, o mercado mundial estimado para os componentes eletrônicos foi superior a US\$ 500 bilhões, ficando praticamente no mesmo patamar de 2012, mas com estimativa de crescimento de 7% em 2012. A produção de semicondutores no Brasil teve um pequeno crescimento na oferta de novos dispositivos em 2011, mas a produção no País permanece reduzida e voltada para o mercado interno. No cenário interno, o País gastou cerca de US\$ 10,9 bilhões em 2011 com a importação de componentes eletrônicos, mantendo-se, assim como em 2010, o percentual de 80% desse montante com a compra de semicondutores e *displays* com tecnologias LCD e plasma. Este cenário poderá se modificar em 2012, com uma ampliação das importações destes componentes, em decorrência do crescimento das

importações de painéis de LCD de maiores dimensões para microcomputadores, *tablets* e televisores e LCD e OLED para os telefones celulares e *smartphones*.

Neste sentido, desde 2005, diversas ações e medidas foram planejadas e implementadas no bojo da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP e mais recentemente do Plano Brasil Maior. Dentre as ações e medidas já realizadas nos últimos anos, merecem destaque (i) o Programa CI-Brasil, (ii) a constituição da empresa pública CEITEC S.A. e (iii) o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Indústria de Semicondutores e *Displays* – PADIS.

O Programa CI-Brasil

O Programa CI-Brasil foi criado pelo MCTI em junho de 2005, com três objetivos: (i) criar e implantar no País centros e empresas de projeto de circuitos integrados; (ii) formar e capacitar projetistas de circuitos integrados e (iii) disponibilizar para a indústria nacional e internacional a tecnologia e a capacitação para a realização de projeto de circuitos integrados dedicados no País que pudessem ser incorporados em seus produtos, agregando inovação, novas funcionalidades e ampliando a competitividade desses produtos.

No final de 2011, como resultado das ações do Programa CI-Brasil, estão em operação no País 22 centros e empresas de projeto, com mais de 550 projetistas, mais de 50 projetos de circuitos integrados desenvolvidos e fabricados e 2 centros de treinamentos de projetistas de circuitos integrados, localizados em Porto Alegre e Campinas. Foram investidos pelo MCTI, com recursos FNDCT, no Programa CI-Brasil desde a sua criação, mais de R\$ 100 milhões, incluindo recursos para implantação e operação dos centros de treinamento, bolsas para projetistas, aquisição de ferramentas de projeto e equipamentos. Até julho de 2011 foram treinados 500 projetistas nos dois Centros de Treinamento (CT1 e CT2), estando em treinamento durante o período julho/2011 a junho de 2012 um total de 140 projetistas. No período de outubro/2011 a fevereiro de 2012, os Centros de Treinamento receberam 4 especialistas em projeto de empresas japonesas (Toshiba, Sony, Panasonic e Renesas), custeados pela JODC, do Governo Japonês, com o objetivo de apoiar as atividades de treinamento e capacitação dos projetistas brasileiros em formação nos CTs.

A Criação e a Implantação da CEITEC S.A.

A criação da empresa pública **Centro Nacional em Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. - CEITEC** foi autorizada pela Lei nº 11.759, de 31 de julho de 2008, e foi efetivada pelo Decreto nº 6.638, de 7 de novembro de 2008. A empresa está instalada em um complexo de 14.600 m², com aproximadamente 5,6 ha de área construída, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Com a CEITEC S.A., o Governo Federal objetiva completar o ecossistema microeletrônico no País, capacitando o Brasil para o desenvolvimento e a produção de circuitos integrados. A empresa foi viabilizada a partir da doação de um conjunto de equipamentos para produção de circuitos integrados, realizada pela empresa americana Motorola ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Constituindo-se assim, a CEITEC S.A., na única fábrica de circuitos integrados a dominar o ciclo de processamento físico-químico ou difusão no País e na América do Sul.

Poucos países hoje detêm conhecimento tecnológico e industrial para realizar a especificação, projeto, construção, instalação e operação de fábricas de semicondutores, que operam em salas limpas com classe 100 ou inferiores e tecnologia *CMOS* utilizada na produção de semicondutores.

A empresa CEITEC S.A. possui duas unidades principais, uma **unidade fabril** e **uma unidade de projetos de circuitos integrados**. A **unidade de projetos** conta com mais 50 projetistas, incluindo mestres, doutores, engenheiros com larga experiência na indústria de semicondutores e também engenheiros recém-formados. Além desses, a fábrica deverá empregar cerca de **40** profissionais altamente especializados. Com esta equipe técnica a CEITEC S.A. irá projetar e colocar no mercado produtos de ponta na área de semicondutores, capazes de competir nacional e internacionalmente, **criando capacitação no desenvolvimento de produtos de alta tecnologia**.

O foco de atuação da CEITEC S.A. abrange três segmentos de produtos e tecnologias:

- RFID: identificação por radiofrequência (ex: rastreabilidade animal e veicular, etiquetas eletrônicas);
- Comunicação Sem Fio: produtos para a comunicação sem fio (ex: WIFI, WIMAX);
- Multimídias Digitais: moduladores e demoduladores (ex: TV Digital, rádio digital).

Finalmente, o volume de investimentos aportados pelo Governo Federal neste empreendimento foi de cerca de R\$ 450 milhões, demonstrando o empenho do Governo Federal na viabilização de uma indústria de semicondutores no País.

Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e Display – PADIS

Outra importante ação governamental dos últimos anos foi a criação de um programa de atração de investimentos produtivos para o Brasil, seja na área de projeto seja nas etapas de fabricação de circuitos integrados propriamente ditas. Foi então aprovado pelo Congresso Nacional a criação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e *Displays* – PADIS, instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007. O PADIS estabelece que para as empresas que invistam em pesquisa e desenvolvimento no Brasil, exerçam pelo menos uma das atividades de projeto, difusão e encapsulamento e testes de semicondutores, será concedida a desoneração dos impostos e tributos federais incidentes sobre as máquinas, equipamentos e ferramentas destinadas ao projeto e à produção de semicondutores e *displays*. As empresas beneficiárias do PADIS poderão contar também com a isenção do imposto de renda e de tributos e impostos incidentes sobre a produção e a comercialização de circuitos integrados.

Estão beneficiadas pelo PADIS três empresas: a empresa pública CEITEC S.A. (*design e foundry*), a Smart, fabricante de memórias (*DRAM*) e a *design house* SiliconReef. Estão em análise projetos para aprovação dos incentivos do PADIS para as empresas Smart Technologies, HT, Flex IC, Idea e CBS.

OUTRAS AÇÕES E ATIVIDADES DA CGME/SEPIN

Processos Produtivos Básicos (PPBs)

Por intermédio da elaboração de Processos Produtivos Básicos (PPB) pelo GT-PPB, constituído de representantes do MCTI, MDIC e Suframa, manteve-se o objetivo de incentivar o desenvolvimento de partes, peças e componentes no País, com foco nos componentes semicondutores fabricados no País, visando adensar a cadeia produtiva. Para tal, busca-se incluir nos PPBs a etapa de projeto (*design*) e a de *back-end*, enquanto não são realizadas no País as etapas de fabricação de componentes (*front-end ou foundry*). Foram aprovados e revisados diversos PPB com a previsão de utilização de memórias *Flash*, memórias *DRAM*, *smart cards* e *chips* para *RFID*. Em 2011, merece destaque o PPB fixado

pelas Portarias Interministeriais MDIC/MCT nº 126 e nº 127, de 31 de maio de 2011, que estabeleceram o PPB para a fabricação de microcomputadores portáteis com tela sensível ao toque – *tablets*.

No ano de 2011 foram publicadas 45 portarias interministeriais fixando ou alterando PPB, destas 12 foram do setor de informática, estão em análise mais de 20 propostas de alteração e fixação de PPB.

Em 2011, três novos fabricantes iniciaram a produção no País de encapsulamento e teste de *chips* para *smart cards*: HT em São Leopoldo/RS, LC Eletrônica em Santa Rita do Sapucaí/MG e a Morpho em Taubaté/SP, conforme estabelecido no PPB específico para *smart cards*.

Para 2012, pretende-se continuar o estabelecimento de medidas que venham a contribuir para o adensamento da cadeia de produtos eletrônicos e o aumento da fabricação nacional de componentes eletrônicos, principalmente semicondutores e *displays*, componentes prioritários e estratégicos que integram a nova política industrial e tecnológica – Plano Brasil Maior.

Marco Regulatório

Foi elaborada em conjunto com o Ministério da Fazenda e com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior proposta de Decreto regulamentando alguns dispositivos da Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, que criou o PADIS, alterada pela Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010. Após a elaboração do texto, a minuta de decreto foi submetida à Casa Civil e foi aprovada pela Exma. Sra. Presidenta da República na forma do Decreto nº 7.600, de 7 de novembro de 2011.

Houve também a participação da equipe técnica da SEPIN na elaboração e acompanhamento das Medidas Provisórias nº 534, de 20 de maio de 2011, nº 540, de 2 de agosto de 2011 e nº 549, de 17 de novembro de 2011 e também das seguintes Leis: nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, nº 12.507, de 11 de outubro de 2011, nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Participação em Seminários, Eventos e ações de Atração de Investimentos

A SEPIN participou de diversas ações de seminários, eventos e missões no exterior outras visando a atração de investimentos externos. A SEPIN esteve participando da ABINEETEC 2011, Semicon 2011, Seminário Brasil-Coréia, DisplayWeek 2011, Seminário

MinasIC em Itajubá, e Seminário da SBMicro em João Pessoa. A SEPIN participou de duas missões no exterior, uma nos Estados Unidos e outra em Portugal.

Com o apoio e organização da APEX e da ABDI foi realizado em 11 de maio um evento denominado “*Matchmaking* entre IC DHs do Programa CI-Brasil e IC DHs dos Estados Unidos e Europa”.

Outra importante ação realizada com a participação da SEPIN, ocorreu em setembro de 2011, com a organização pela ABDI de um seminário na ABINEE, para as IC DHs do Programa CI-Brasil, com o objetivo de prepará-las para o mercado internacional. Na oportunidade foram realizadas palestras, com consultores internacionais, SEBRAE e agências de fomento do Governo Brasileiro – FINEP e BNDES.

Programas Prioritários (PPI)

Não houve aprovação de projetos e liberação de recursos na área de microeletrônica em 2011, ou seja, para o Programa Nacional de Microeletrônica e para o Programa CI-Brasil.

2.3.1.3 Redes e Mídias

As ações de desenvolvimento de produtos, serviços e aplicativos de TIC para suporte às atividades de P&D&I em redes cooperativas são voltadas para gerar novos produtos, serviços e aplicações-piloto para suporte ao trabalho em redes cooperativas de pesquisa e desenvolvimento. Esse trabalho é baseado em comunicação, computação, armazenamento e aplicações interoperáveis e middleware que permitam a federação de recursos de informação (bibliotecas digitais, sistemas de gestão e fomento, bases de indicadores, objetos educacionais, IPTV, etc.), com mecanismos distribuídos de autenticação, autorização e contabilização.

Uma das ações desenvolvidas nesse contexto é o apoio a desenvolvimento de projetos de P&D em TIC no âmbito do Centro de P&D em Tecnologias Digitais para Informação e Comunicação – CTIC. Em 2011, foi dada continuidade ao acompanhamento dos três projetos de P, D & I contratados pelo CTIC em 2010 no tema infraestrutura para conteúdos digitais. Os títulos de tais projetos são: JCollab, GingaStore, Art-TVDi. O volume de total de recursos para estes projetos é em torno de R\$ 1,2 milhão.

Também em 2011, mais sete projetos foram selecionados, nas áreas de ‘virtualização de redes e serviços’ (um projeto), ‘computação em nuvem’ (dois projetos) e

‘cidades inteligentes’ (quatro projetos). Os projetos se iniciam em 2011 e, como têm duração entre 18 e 24 meses, se encerrarão em 2013. Os títulos dos projetos são: ReVir, JiT-Cloud, AltoStratus, REMOA, CIA2, SIMTUR, SPACES 4D. O volume de recursos para estes projetos é em torno de R\$ 9,8 milhões.

2.3.1.4 GESTÃO DA LEI DE INFORMÁTICA

Indicadores de desempenho operacional relacionados com as atividades realizadas no exercício.

Cabe ressaltar, que em relação ao exercício de 2011 referentes à gestão da Lei de Informática, no que concerne ao número de pleitos de incentivos analisados em conjunto com o MDIC e o MF , houve uma redução substancial. Quanto à análise de relatórios demonstrativos anuais de aplicação em atividades de pesquisa e desenvolvimento, houve uma elevação de 45% em relação ao ano de 2010. A quantidade de inspeções em empresas e instituições de ensino e pesquisa, para fins de acompanhamento da contrapartida de P&D, foi de 7 empresas e 12 instituições.

Esses resultados refletem o desbalanceamento agudo entre a missão da SEPIN e sua força de trabalho, aspecto já levado a conhecimento superior em administrações anteriores, inclusive em outros relatórios de gestão, mas que ainda permanece sem solução.

a) – Utilidade: atividade prevista em Lei com a finalidade de fortalecer a capacitação e competitividade das empresas e a base tecnológica do setor de Tecnologia da Informação e Comunicação.

b) – Eficiência, eficácia e efetividade:

b.1) – Eficiência: Relativamente à deliberação dos pleitos de concessão, no ano de 2011, ocorreu um aumento dos prazos por motivos diversos, tais como: problemas com o sistema informatizado (software - Sigplani) de entrada e análise dos pleitos de concessão; redução do quadro de pessoal, pelo fim da vigência do concurso temporário; e exigências da Secretaria da Receita Federal (busca em tempo real, não aceitando os prazos das Certidões) que interferiram na dinâmica de análise de pleitos de concessão.

b.2) - Eficácia: Os pleitos de concessão estão sendo analisados em conformidade com a legislação e alcançando os objetos propostos.

b.3) – Efetividade: Os pleitos de concessão de incentivos e o reconhecimento de bens desenvolvidos no País, resultaram na implantação de novas indústrias, expansão do

parque fabril e diversificação de investimentos na área de tecnologia da informação e comunicação.

c) – Fórmula de cálculo: não se aplica.

d) – Método de aferição: levantamento de dados.

e) – Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTE.

f) – Resultado do indicador no exercício: os resultados alcançados, em relação ao ano de 2010, apresentam uma deterioração significativa na produtividade e em consequência na efetividade.

g) – Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: há uma grande dificuldade em ampliar -- tanto o número de pleitos a serem analisados quanto a quantidade de empresas a serem fiscalizadas em cada exercício -- em função da reduzida força de trabalho. A atividade de concessão é realizada em conjunto com o MDIC e o MF que são elementos importantes no desempenho operacional global. Vale destacar que mesmo os ministérios parceiros, em especial o MF, possui equipe reduzida de servidores para realizar a análise de sua competência.

h) - Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:

Implementação de sistema informatizado para suporte à análise de pleitos de concessão.

Aperfeiçoamento da metodologia nos trabalhos da Câmara Técnica Interministerial MCT/MDIC/MF, para análise conjunta dos pleitos de concessão de incentivos.

- contratação de servidores, via concurso público (a implementar); e

- desenvolvimento de um novo sistema informatizado desenvolvido numa plataforma moderna de gestão, capaz de auxiliar os analistas da SEPIN/MCTI, da SDP/MDIC e da RFB/MF e mesmo das Consultorias Jurídicas, na análise de pleitos de concessão de incentivos.

Acompanhamento e avaliação dos resultados das atividades de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D.

Utilidade: atividade prevista em Lei com a finalidade de acompanhar e avaliar o cumprimento das obrigações concernentes às atividades de pesquisa e desenvolvimento pelas empresas incentivadas.

b) – Eficiência, eficácia e efetividade:

b.1) – Eficiência: redução substancial do prazo de comunicação do resultado da análise dos relatórios demonstrativos - RD às empresas incentivadas.

b.2) – Eficácia: em relação a 2010 houve uma elevação de 45% no número de relatórios demonstrativos de aplicação em atividades de pesquisa e desenvolvimento.

b.3) – Efetividade: para alcançar o objetivo desejado – realizar a análise dos relatórios demonstrativos no mesmo ano de sua coleta – necessita-se dispor de quadro mínimo permanente de servidores capacitados.

c) – Fórmula de cálculo: não se aplica.

d) – Método de aferição: levantamento de dados.

e) – Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTE.

f) – Resultado do indicador no exercício: houve uma diversificação e distribuição em todas as regiões do País, das atividades de pesquisa e desenvolvimento em relação aos anos anteriores, demonstrando maior interesse das empresas e instituições de ensino e pesquisa em ter mais temas de interesse em suas atividades de P&D, no setor de tecnologia da informação.

g) – Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: a equipe de análise disponível em janeiro de 2011 era de 04 analistas, sendo 03 concursados, enquanto no ano de 2010 eram 05 analistas, sendo 04 concursados.

h) - Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:

- contratação de servidores, via concurso público (a implementar); e

- desenvolvimento de um novo sistema informatizado confiável e capaz de auxiliar os analistas da SEPIN/MCTI, na análise de relatórios demonstrativos de aplicações em P&D, em contrapartida à fruição dos incentivos da lei de Informática.

2.3.1.4 AÇÕES DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Cooperação Brasil-União Européia em TIC:

I. Participação no processo de seleção de cinco projetos de pesquisa e desenvolvimento em TIC no âmbito da Edital CNPq 66/2010 relativo à Chamada Coordenada Brasil-UE em TIC, em fevereiro de 2011 em Bruxelas, nos seguintes temas:

- Microelectronics/Microsystems
- Networked Monitoring and Control
- Future Internet – Experimental facilities
- Future Internet – Security
- e-Infrastructures

Os cinco projetos selecionados foram:

Microelectronics/Microsystems – PodiTrodi: overcomes the drawbacks of current Point-of-Care tests by developing technologies for really integrated sample preparation.

Networked monitoring and control – BEMO-COFRA: develops a distributed framework allowing networked monitoring and control of large-scale complex systems.

Future Internet - Experimental facilities – FIBRE: designs, implements & validates a shared Future Internet research facility (Brazilian GIGA network + EU OFELIA and OneLab)

Future Internet - Security – SECFUNET: develops a coherent security architecture for virtual networks and cloud access

e-Infrastructures – EUBrazilOpenBio: deploys an e-Infrastructure of open access resources for biodiversity scientific community

II. Realização de Workshop Conjunto Brasil-UE, com a participação de representantes da comunidade científica e tecnológica do Brasil e da Europa, para identificação de temas para realização da segunda Chamada Coordenada Brasil-UE de P&D em TIC, no âmbito da reunião anual do Subcomitê de TIC do Diálogo Político Brasil-UE em Sociedade da Informação, coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores.

Cooperação Brasil-Japão em TV digital:

Reunião dos coordenadores do Subgrupo C – Desenvolvimento de Recursos Humanos, no âmbito do Grupo de Trabalho Conjunto Brasil-Japão para Implementação da TV Digital no Brasil – GTC, em Tóquio/Japão em novembro de 2011, onde foi realizado o acompanhamento das atividades do Subgrupo em 2011 e reestabelecida a agenda de trabalho de 2012.

Participação Brasileira na CeBIT-2012:

Trabalho de preparação da participação brasileira na edição 2012, na condição de 'País Parceiro', do principal e maior evento dedicado ao setor de TIC do mundo, a CeBIT, que se realiza anualmente em Hannover/Alemanha. Constitui-se em um gigantesco 'marketplace' composto por mais de 20 ambientes dedicados a temas específicos para exposição de tecnologias, produtos, soluções e serviços voltados à TIC, além de um conjunto de atividades que compreende: *i*) intensa interação com a imprensa especializada mundial; *ii*) articulação entre fornecedores e compradores visando à realização de negócios e a formação de parcerias comerciais; *iii*) congresso para debate das últimas tendências do setor; *iv*) eventos corporativos, como rodadas de negócios, entre outros. A condição de Parceiro na CeBIT acarreta um conjunto singular de benefícios, como a presença em destaque na noite de abertura (dia 5 de março de 2012, véspera do primeiro dia de feira) com a presença da Presidente da República do Brasil, Dilma Roussef, e da Premier da Alemanha, Angela Merkell, diversas coletivas de imprensa, entre outros.

1.1.1. RELAÇÃO DOS PROGRAMAS

1.1.2. PROGRAMA 1388 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉRCIO EXTERIOR (PITCE)

Tipo de programa (1)	Finalístico
Objetivo geral (2)	Promover o desenvolvimento científico e tecnológico e inovações voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais, à criação e consolidação de nichos de mercado baseados em novas tecnologias e à ampliação da inserção da economia brasileira no mercado internacional.
Objetivos Específicos (3)	Incentivar a inovação tecnológica nas cadeias produtivas.
Gerente do programa (4)	Luiz Antonio Rodrigues Elias
Responsável pelo programa no âmbito da UJ (5)	
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa (6)	Certificações de Sistemas e Famílias de Produtos; Mestres e Doutores em Atividades de P&D no Total de Pessoal em P&D das Empresas; Participação das Exportações de Produtos de Alta Tecnologia no Total das Exportações de Produtos; Número de Pedidos Brasileiros de Patentes de Invenção

	<p>Junto ao Escritório Norte-Americano de Patentes (USPTO) ; Pedidos de Patentes de Invenção no Escritório Norte-Americano de Patentes (USPTO) Depositados; Pessoas em Atividades de P&D no Total de Empregados das Empresas; e Taxa de Participação dos Gastos em Pesquisa e Desenvolvimento na Receita Líquida de Vendas das Empresas.</p>
Público-alvo (beneficiários) (7)	<p>Empresas estabelecidas e nascentes de nanotecnologia e biotecnologia, de química, de materiais, de eletrônica, de energias renováveis, de software, de fármacos, de semicondutores e microeletrônica, prestadoras de serviços tecnológicos, de consultoria tecnológica, atuantes em pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos em áreas de fronteira tecnológica), laboratórios nacionais e comunidade científica e tecnológica.</p>

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA	1388
Denominação	Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)
Tipo do Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Promover o desenvolvimento científico e tecnológico e inovações voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais, à criação e consolidação de nichos de mercado baseados em novas tecnologias e à ampliação da inserção da economia brasileira no mercado internacional.
Objetivos Específicos	Incentivar a inovação tecnológica nas cadeias produtivas.
Gerente	Luiz Antônio Rodrigues Elias
Público Alvo	Empresas estabelecidas e nascentes de nanotecnologia e biotecnologia, de química, de materiais, de eletrônica, de energias renováveis, de software, de fármacos, de semicondutores e microeletrônica, prestadoras de serviços tecnológicos, de consultoria tecnológica, atuantes em pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos em áreas de fronteira tecnológica), laboratórios nacionais e comunidade científica e tecnológica.

Dados gerais da ação: 19.122.1388.2272.0001 - Gestão e Administração do Programa:

Tipo da Ação: (1)	Atividade
Finalidade(2)	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição(3)	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas(4)	240112 - Secretaria Executiva - MCTI
Unidades executoras	240116 – Secretaria de Política de Informática; 240115 - Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação e 240119 - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução(5)	240116 – Secretaria de Política de Informática; 240115 - Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação e 240119 - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento.
Coordenador nacional da ação(6)	Luiz Antonio Rodrigues Elias

a) Principais resultados:

A execução do orçamento desta ação foi realizada no apoio necessário ao desenvolvimento das atividades da SEPIN dentre outras, envolveu pagamentos, terceirizados, material de consumo, sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas, produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações, outros serviços de terceiros e, demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa. Os resultados desta ação estão diretamente relacionados aos resultados do Programa, uma vez que confere ao mesmo o apoio logístico necessário.

b) Principais Problemas: ação de responsabilidade da SEXEC/MCTI

c) Contratações e Parcerias: ação de responsabilidade da SEXEC/MCTI

Dados gerais da ação: 19.572.1388.4967.0001 - Estímulo ao Desenvolvimento da Indústria de Software e Serviços Correlatos –

Tipo da Ação (1)	Atividade
Finalidade (2)	Elevar a competitividade e a capacidade produtiva da indústria brasileira de software e serviços correlatos, com medidas para fortalecê-la e para ampliar a participação das empresas nacionais nos mercados interno e externo, a fim de transformar o Brasil em uma das referências no cenário internacional do setor.
Descrição (3)	Apoio a projetos de formação e capacitação de recursos humanos; promoção de melhores práticas de engenharia de software; fomento ao uso de software e serviços de tecnologia da informação desenvolvidos no Brasil; apoio a implantação de um sistema de informação da indústria brasileira de software e serviços de tecnologia da informação; promoção de parcerias empresas-universidades para o desenvolvimento de segmentos emergentes; realização de eventos que visem divulgar e discutir a indústria brasileira de software e serviços correlatos, tais como: assessoria e consultoria em informática, suporte técnico de instalação, configuração e manutenção de sistemas de tecnologia da informação; proposição e apoio às medidas de aperfeiçoamento dos marcos regulatórios de forma a permitir maior competitividade à indústria brasileira de software.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (4)	240116 – Secretaria de Política de Informática
Coordenador nacional da ação (5)	Rafael Henrique Rodrigues Moreira
Unidades executoras (6)	240116 – Secretaria de Política de Informática

A) Descentralização:

Termo de Cooperação.

Instituição: Universidade Federal Tecnológica do Pará - UFTPA –

Objeto: “X Simpósio Brasileiro de Qualidade de Software (SBQS 2011)”.

Objetivo: O SBQS teve como objetivo reunir empresários, profissionais, professores, pesquisadores e estudantes de diversas áreas, interessados em questões relativas à qualidade

de software, em um evento de divulgação e troca de experiências, promovendo a integração Universidade/ Empresa.

Resultados:

- a) Apresentação dos trabalhos selecionados – SBQS e Concurso de Teses e Dissertações em Qualidade de Software (CTDQS);
- b) Encontro da Qualidade e Produtividade em Software (EQPS);
- c) Cinco workshops satélites: IX Workshop de Teses e Dissertações em Qualidade de Software (WTDQS), VII Workshop Olhar Sociotécnico sobre a Engenharia de Software (WOSES), VIII Workshop de Manutenção de Software Moderna (WMSWM), V Workshop de Desenvolvimento Rápido de Aplicações (WDRA) e o IV Workshop de Gerenciamento de Projetos de Software (WGPS).

Instituição: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq

Objeto: Suplementação Orçamentária do Edital 14/2011 Universal para área de Ciência e Computação.

Objetivo: O Edital Universal tem como objetivo apoiar projetos de pesquisas científicas e tecnológicas que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, em diversas áreas de conhecimento.

Resultados: em andamento

B) Descentralização

Entidade: Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP por meio da Subsecretaria das Unidades de Pesquisa-SCUP/MCTI

Objeto: Formação de Recursos Humanos em Tecnologia da Informação – TI por meio do Ensino a Distância – EAD.

Objetivo: Capacitação de pessoal com potencial para futuros profissionais e/ou empreendedores em linguagens de programação, conforme as demandas regionais elencadas por empresas do setor.

Resultados:

Em andamento

Dados gerais da ação: 19.572.1388.6432.0001 - Promoção do Desenvolvimento da Indústria de Projeto e Fabricação de Componentes Semicondutores.

Tipo da Ação(1)	Atividade
Finalidade(2)	Implantar no País um ecossistema microeletrônico, composto por uma cadeia de pesquisa, desenvolvimento e fabricação de componentes eletrônicos que permita a incorporação desses dispositivos produtos e processos de produção em diversos setores industriais, com ganhos de produtividade, inovação e competitividade.
Descrição (3)	Estimulo as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação em empresas, em parcerias com universidades e centros de pesquisa, objetivando a incorporação em seus produtos de componentes semicondutores desenvolvidos no País; Atração, criação e implantação de investimentos em projeto e fabricação de circuitos integrados no Brasil; Incentivar a implantação, modernização e atualização da infra-estrutura de P&D dos centros de pesquisa nacionais; Consolidação tecnológica e operacionalização da unidade de prototipagem de circuitos integrados em Porto Alegre (CEITEC); Apoio à formação e capacitação de recursos humanos especializados em projeto e processo de fabricação de circuitos integrados; Promoção de programas de cooperação tecnológica com instituições internacionais de excelência nas áreas de microeletrônica, nanoeletrônica e dispositivos micro-eleto mecânicos (MEMS).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas(4)	240116 – Secretaria de Política de Informática
Unidades executoras(5)	240116 – Secretaria de Política de Informática;
Áreas responsáveis gerenciamento ou execução(6)	240116 – Secretaria de Política de Informática
Coordenador nacional da ação	Henrique de Oliveira Miguel

Sua finalidade é dotar o País de capacitação em projeto e fabricação de componentes semicondutores. Seu produto compreende projetos voltados ao desenvolvimento da indústria e fabricação de semicondutores.

I. Projetos realizados com recursos da Ação 6432

- Apoio ao Centro de Tecnologia de Informação Renato Archer – CTI para implantação da Design House, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para implantar e operacionalizar a Unidade de projetos de Circuitos Integrados do CTI no Nordeste, em Fortaleza, no âmbito de implantação do CTI-NE, adequação de infra-estrutura do laboratório de microscopia, manutenção de perfilômetro e aquisição de equipamentos;

- Apoio ao projeto da “SMDH- Design House Especializada em Componentes Integrados para os setores Aeroespacial, de Defesa e de Comunicações”, por intermédio do CNPq, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para a continuidade da execução deste projeto;

- Apoio aos projetos de desenvolvimento de circuitos integrados por intermédio do CNPq, no valor de R\$ 100.500,00 (cem mil e quinhentos reais);

- Suplementação Orçamentária do Edital 14/2011/CNPq Universal para a área de Ciência e Computação, que inclui a formação de engenheiros eletrônicos, matemáticos, físicos e químicos, fundamentais para estimular o setor de microeletrônica e componentes no País.

II. Outras ações e projetos

- Criação de 2 novas empresas de projeto de circuitos integrados criadas - empresas Perceptia (empresa americana) e STI Semicondutores (*joint venture* entre a Semp-Toshiba STI e a empresa japonesa Toshiba *Semicondutores*);

- 2 novos centros de P&D iniciaram atividades ou ampliaram as suas instalações laboratoriais

- CSEM Brasil (Belo Horizonte/MG) e CTI Ceará (Fortaleza/CE).

Dados gerais da ação: 19.572.1388.8500.0001 - Apoio a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento da TV Digital

Tipo da Ação(1)	Atividade
Finalidade(2)	Consolidar a capacitação tecnológica do País para a implantação, desenvolvimento e inovações de tecnologias de TV Digital.
Descrição(3)	Apoio a projetos de pesquisas de estímulo a inovação em diversos segmentos, destacando-se os radiodifusores, as indústrias de equipamentos transmissores e receptores, os produtores de conteúdo e a indústria de software; Mobilização e coordenação de ações de redes multidisciplinares de instituições acadêmicas e de P&D brasileiras com o objetivo comum de desenvolver a competência nacional para inovação em comunicações digitais, em particular para a TV digital; Provisão dos meios necessários para implantar o Centro de Desenvolvimento para a TV Digital, na forma de uma unidade de coordenação de uma plataforma de P&D&I descentralizada, com foco no desenvolvimento de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TICs); Viabilização de atividades de P&D&I em tecnologias relacionadas a TV digital no País e Apoio a projetos de cooperação tecnológica com centros de P&D do exterior; Proporcionar a formação de recursos humanos para a TV Digital no Brasil.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas(4)	240116 – Secretaria de Política de Informática

Unidades executoras(5)	240116 – Secretaria de Política de Informática;
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução(6)	240116 – Secretaria de Política de Informática
Coordenador nacional da ação	Virgílio Augusto Fernandes Almeida

A) Contrato de Gestão

Instituição: Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP

Objeto: Internacionalização do Middleware Ginga-NCL como padrão mundial ITU-T (Telecommunications Standardization Sector, da Internacional Telecommunications Union – ITU) e criação/consolidação da comunidade Ginga Latino-americana.

Objetivo: O projeto visa à execução de trabalho para a promoção do desenvolvimento e adoção do middleware de origem brasileira Ginga no cenário internacional, particularmente na América Latina, bem como permitir a participação efetiva dos técnicos brasileiros responsáveis pela sua criação e desenvolvimento nos trabalhos desenvolvidos no âmbito da ITU-T para adoção do Ginga como padrão internacional de fato e de direito. O projeto será desenvolvido por meio de parceria com a PUC-Rio, onde se encontra o laboratório no qual o Ginga foi concebido e originalmente desenvolvido. Para tanto, os seguintes objetivos específicos são definidos:

- a) Relatoria de recomendações associadas à Questão 13 do Grupo de Estudos 16 do ITU-T;
- b) Apoio à adoção do middleware Ginga em países que compõem o ISDB-Tb: criação e consolidação de uma rede de pesquisa em middleware nos países da América Latina;
- c) Criação de uma Comunidade Ginga Internacional de software livre, com publicações de releases em código aberto;
- d) Especificação e implementação de uma Suíte de Testes de Conformidade para o Ginga-NCL, em código aberto, conforme demandado pelo ITU-T;
- e) Aperfeiçoamento da implementação de referência ITU-T H.761;
- f) Divulgação do middleware Ginga em países que consideram a adoção do ISDB-Tb: i) por meio de publicação e divulgação em congressos de alta relevância na área e ii) por meio do apoio à adoção do Ginga-NCL em outras modalidades de TV digital, como os serviços IPTV.

Resultado: Em Andamento

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
19	122	1388	2272	A	4	un			
19	572	1388	4967	P	4	un	7	3	3
19	572	1388	6432	P	4	un	5	4	2
19	572	1388	8500	P	4	un	2	1	2

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Administração direta	240101	240101

2.4.2 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA					6.682.050	5.950.000
	LOA					6.682.050	5.950.000
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados							
Outras Operações							
Total							5.950.000

Fonte: SIAFI Gerencial/CGOF/MCTI em 26/03/2012

2.4.3 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							132.000
	LOA							132.000
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados								
Outras Operações								
Total							132.000	

Fonte: SIAFI Gerencial/CGOF/MCTI em 26/03/2012

QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA			5.950.000		132.000	6.682.050	6.082.050
	LOA			5.950.000		132.000	6.682.050	6.082.050
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados								
Outras Operações								
Total							6.082.050	

Fonte: SIAFI Gerencial/CGOF/MCTI em 26/03/2012

QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA- NÃO SE APLICA

2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ Despesas por Modalidade de Contratação

QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				

Concorrência		370.000,00		320.630,83
Pregão		1.278.354,52		1.206.499,13
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa		1.550,00		1.550,00
Inexigibilidade		8.256,72		8.256,72
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outros		3.057.646,40		1.515.415,19

Fonte:

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS
ORIGINÁRIOS DA UJ

QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS
CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ-

Valores em R\$
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	-	206.425,66	-	206.425,66	-	-	-	206.425,66
14 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	136.772,53	205.012,73	136.772,53	205.012,73		-	136.772,53	205.012,73
18 AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	148.000,00	1.036.008,21	148.000,00	881,00		1.035.127,21	148.000,00	881,00
20 AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	610.813,39	59.991,79	610.813,39	59.991,79		-	610.813,39	59.991,79
30 MATERIAL DE CONSUMO	1985,00	790,00	1985,00	790,00		-	1985,00	790,00
33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	256.894,18	323.911,73	256.894,18	323.911,73		-	256.894,18	323.911,73
34	443.163,80	-	443.163,80	-		-	443.163,80	-
36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.691,50	61.742,26		61.742,26	3.691,50	-		61.742,26
37 LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	42.646,82	811.026,60		811.026,60	-	-		811.026,60
39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.925.051,14	1.449.809,81	1.625.051,14	1.399.151,63	300.051,14	50.658,18	1.625.051,14	1.399.151,63
41 CONTRIBUICOES	109.440,00	687.104,00		180.000,00		507.104,00		180.000,00
47 OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS		411,35		411,35		-		411,35
52	200.000,00		200.000,00			200.000,00		
92 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES		230,00		230,00	-	-		230,00

93 INDENIZACOES E RESTITUICOES	47.493,68	33.071,32		33.071,32		-		33.071,32
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI Gerencial/CGOF/MCT em 11/03/2011

2.4.4.3 DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO – NÃO SE APLICA

2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação – não se aplica

2.4.6 DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação não Se aplica

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Quadro A.3.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos **Não aplicável à natureza jurídica da UJ.**

3.2 Análise Crítica

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	1.830.052,65		1.830.052,65	
2010	24.002,00	-	24.002,00	
2008	91.227,03	91.227,03		
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	1.790.211,37	6.371,95	981.972,03	801.867,39
2010	926.388,21		66.183,63	860.204,58
2008	-	-	-	-

Observações:

Fonte: SPOA/MCTI 26/03/2011

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1 DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.5.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	Não há	34	7	7
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não há	34	7	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	29	3	5
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	3	2	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	2	2	1
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	3	1	1
3. Total de Servidores (1+2)	Não há	37	8	7

Fonte:

QUADRO A.5.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12 – NÃO SE APLICA.

QUADRO A.5.3 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	Não há	-	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	9	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	-	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	Não há	2	2	1

1.2.4. Sem vínculo	Não há	-	-	-
1.2.5. Aposentados	Não há	1	-	-
1.2.6. Empregados Públicos	Não há	-	-	-
2. Funções gratificadas				
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	6	-	-
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	Não há	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	Não há	18	2	1

Fonte:

QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	3	6	13	8	2
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
1.4. Empregados Públicos	-	-	3	-	-
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	-	-	-	2
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	4	6	16	8	4

Fonte:

QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	-	1	3	19	7	2	
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
1.4. Empregados Públicos	-	-	-	3	-	-	-	-	-	
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	3	-	-	-	
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
3. Totais (1+2)	-	-	-	3	1	6	19	7	2	

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	-	-
1.1 Voluntária	3	-
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	-	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	-	-
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	-	-

Fonte:

QUADRO A.5.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	-	-
1.1. Integral	-	-
1.2. Proporcional	-	-
2. Em Atividade	-	-
3. Total (1+2)	-	-

Fonte:

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1 Área Fim	-	-	-	-	-
1.2 Área Meio	2	3	3	2	15.738,66
2. Nível Médio	-	-	-	-	-
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	1	1	1	1	4.992,66
3. Total (1+2)	-	-	-	-	-

Fonte:

5.4 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2011								

2010								
2009								
Empregados públicos								
2011	72.150,00							
2010	70.050,00							
2009	-							
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2011	1.276.553,60		1.258.189,82	115.6541,25				
2010								
2009								
Servidores com Contratos Temporários								
2011	-							
2010	24.911,66							
2009	30.020,00							
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2011								
2010								
2009								
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2011								
2010								
2009								
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2011	73.560,01							
2010								
2009								
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2011	25.448,52							
2010								
2009								

Fonte:

5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

Quadro A.5.9 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada – não se aplica

QUADRO A.5.10 – RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS

QUADRO A.5.11 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores		Quantidade autorizada de servidores
	Número	Data	
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA			

Fonte:

QUADRO A.5.12 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E

VIGILÂNCIA OSTENSIVA- NÃO SE APLICA

QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA- NÃO SE APLICA

5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

6.1 Instrumentos de transferências vigentes no exercício

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011

QUADRO A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Políticas de Informática									
CNPJ:					UG/GESTÃO:				
Informações sobre as transferências									
Mod.	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrap.	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
3		153019	100.00	-	100.000	--	2011	2011	4
3		035080970	1.350.000	-	1.350.000		2011	2013	
3		364102	200.000	-	200.000		2011	2012	
3		035080970	450.000	-	450.000		2011	2012	
3		240129	200.000		200.000		2011	2012	
3		364102	758.831,39		758.831,39		2011	2013	

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte:

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

QUADRO A.6.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:						
CNPJ:						
UG/GESTÃO:						
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio		3	2			
Termo de Parceria			8			

Termo de Cooperação	7	9	1			
Termo de Compromisso			1			
Totais			12	3.058.831,00	981.201,32	969.812,15

Fonte:

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes

QUADRO A.6.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio		----	--	--	
Contrato de Repasse		----	--	--	
Termo de Cooperação	6	----	3.058.831,00	--	95%
Termo de Compromisso		----	--	--	
Totais		----	--	--	

Fonte:

6.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse.

QUADRO A.6.4 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Secretaria de Política de Informática					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	3	5	0
		Montante Repassado	0	0	0
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
2010	Contas prestadas	Quantidade	5	5	0
		Montante Repassado	0	0	0
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
2009	Contas prestadas	Quantidade	5	8	0
		Montante Repassado	0	0	0
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0

Fonte:

6.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

QUADRO A.6.5 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE
CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Valores em R\$
1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria de Política de Informática					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			8	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas		
			Contas Não analisadas		
		Montante repassado (R\$)			
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	2	
			Quantidade Reprovada	-	
			Quantidade de TCE	-	
Contas NÃO analisadas		Quantidade	2		
Montante repassado (R\$)					
2010	Quantidade de contas prestadas			10	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		8	
		Quantidade Reprovada		-	
		Quantidade de TCE		-	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		2	
Montante repassado (R\$)					
2009	Quantidade de contas prestadas			13	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		12	
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		1	
Montante repassado					
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade		1	
		Montante repassado			

Fonte:

6.3 Análise Crítica

7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

7.1 Modelo da declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV

QUADRO A.7.1 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SCONV

DECLARAÇÃO

Eu, **Virgílio Augusto Fernandes Almeida**, CPF nº **130.465.196-72**, **Secretário de Política de Informática**, exercido na **Secretaria de política de Informática** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, ____ de ____ de 2012.

VIRGÍLIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA

130.465.196-72

SECRETÁRIO DA SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA

8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR	38		
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: CGRH/MCTI

O § 2º do art. 3 do Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005 oferece a opção de entrega de autorização de acesso à declaração anual apresentada à Secretaria da Receita Federal, com as respectivas retificações. Esta autorização de consulta facilita o controle por parte do serviço de pessoal e traz economicidade para o Governo já que diminui a quantidade de papel recebido por ano.

A partir de 2011, todos os servidores passaram a entregar a cópia da Declaração de Imposto de Renda ou a Autorização de Acesso ao Imposto de Renda à Coordenação de Recursos Humanos, de acordo a Portaria Interministerial MP/CGU Nº 298, de 6 de setembro de 2007. Esta Portaria trata da exigência de entrega da Declaração de Imposto de Renda ou Autorização de Acesso a todo agente público, não havendo necessidade de renovação anual da autorização.

9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.**9.1 Estrutura de controles internos da UJ**

Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	

16. Existe histórico de fraudes e <i>perdas</i> decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					

- (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis	X				

de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.	X				
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	X				
<i>Considerações Gerais:</i>					
<u>LEGENDA</u> <i>Níveis de Avaliação:</i> (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº108, DE 24/11/2010.

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada não se Aplica

13. PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

13.1 Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo

14. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

14.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ

14.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ

Quadro A.14.1 – Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ

Tributo	Legislação	Natureza da Renúncia (LRF, art. 14, § 1º)	Objetivos Socioeconômicos	Contrapartida Exigida	Prazo de Vigência	Medidas de Compensação
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados	- Leis nºs 8.248/2001, 10.176/2001 e 11.077/2004.- Decreto nº 5.906/2006	Redução/Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	Capacitação tecnológica e competitividade do setor de tecnologias da informação.	Investimento em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação;- Atendimento ao Processo Produtivo Básico – PPB; - Implantação do sistema de qualidade; e - Implantação do programa de participação nos lucros ou resultados da empresa.	31/12/2019	Depósitos no FNDCT – Débitos decorrentes da não-realização, total ou parcial, em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação.
PIS/PASEP, COFINS, IPI, CIDE, II- Imposto de Importação	Lei nº 11.484/2007. - Decretos nºs 6.233 e 6.234 de 11/10/2007.	Redução/Isenção do PIS/PASEP, COFINS, IPI, CIDE, - Imposto de Importação (*)	Dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital – PATVD	- Investimento em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação; - Atendimento ao Processo Produtivo Básico – PPB; - Implantação do sistema de qualidade; e - Implantação do programa de participação nos lucros ou resultados da empresa.	PADIS – 22/01/2022 PATVD - 22/01/2017	Depósitos no FNDCT – Débitos decorrentes da não-realização, total ou parcial, em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informa

Fonte: SEPIN – Secretaria de Política de Informática

Quadro A.14.2 - Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

Valores	2011		2010		2009	
	Estimativa	Efetivo	Estimativa	Efetivo	Estimativa	Efetivo
Renúncia	4.400.000.000,00	-----	3.865.680.000,00	3.578.793.851,82	3.303.950.000,00	3.108.571.418,07
Contrapartida	1.200.000.000,00	-----	901.425.000,00	841.700.000,00	557.608.436,00	579.928.687,24
Medidas de Compensação (*)	-----	38.676.012,71	-----	5.044.722,96	-----	4.478.524,21

Fonte: SEPIN – Secretaria de Política de Informática

* Depósitos no FNDCT originados de Glosas.

Quadro A.14.3 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas (Não se Aplica)

Quadro A.14.4 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas

UF	2011		2010		2009	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
AC	-	-	-	-	-	-
AL	-	-	-	-	-	-
AP	-	-	-	-	-	-
AM	-	-	1	957,26	1	0,08
BA	-	-	1	-	-	-
CE	-	-	-	-	-	-
DF	-	-	-	-	-	-
ES	-	-	2	36,64	2	313,32
GO	-	-	40	159.119,43	38	162.955,54
MA	-	-	6	19.934,63	5	18.024,40
MT	-	-	-	-	-	-
MS	-	-	5	5.759,37	5	5.224,45
MG	-	-	4	10.434,85	4	6.029,62
PA	-	-	-	-	-	-
PB	-	-	3	288,24	2	977,99
PR	-	-	3	7.878,33	3	6.186,37
PE	-	-	8	1.455,89	7	6.096,51
PI	-	-	2	-	-	-
RJ	-	-	-	-	-	-
RN	-	-	-	-	-	-
RS	-	-	-	-	-	-
RO	-	-	68	198.509,97	59	189.485,22
RR	-	-	8	302,83	7	535,69
SC	-	-	204	2.204.640,87	189	1.890.760,83
SP	-	-	41	421.053,77	36	391.180,29
SE	-	-	44	424.025,94	44	316.303,60
TO	-	-	46	116.396,37	37	114.497,50
Σ	-	-	484	3.570.764,39	440	3.108.571,42

Fonte: SEPIN – Secretaria de Política de Informática
 (*) – dados não disponíveis para o ano base de 2011.

Quadro A.14.5 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Físicas (Não se Aplica)

Quadro A.14.6 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas

UF	2011 (*)		2010		2009	
	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado
AC	-	-	-	-	-	-
AL	-	-	-	-	-	-
AP	-	-	3	84,05	1	891,34
AM	-	-	1	1.451,63	1	863,81
BA	-	-	-	-	-	-
CE	-	-	-	-	-	-
DF	-	-	-	-	-	-
ES	-	-	-	-	-	-
GO	-	-	10	17.629,27	6	16.746,06
MA	-	-	9	30.918,96	7	22.086,55
MT	-	-	2	606,33	1	120,74
MS	-	-	4	1.698,59	2	1.383,56
MG	-	-	6	46.378,35	5	43.169,37
PA	-	-	1	13,17	-	-
PB	-	-	2	375,62	2	136,48
PR	-	-	1	147,91	1	328,22
PE	-	-	7	21.154,27	5	20.354,06
PI	-	-	1	1.219,03	1	137,64
RJ	-	-	-	-	-	-
RN	-	-	1	359,51	1	324,03
RS	-	-	1	355,56	1	374,97

RO	-	-	8	9.944,13	5	8.353,40
RR	-	-	5	1.228,48	2	1.020,19
SC	-	-	26	155.326,20	24	143.115,29
SP	-	-	4	23.654,47	5	14.326,51
SE	-	-	9	8.287,93	10	8.031,14
TO	-	-	14	6.534,99	8	6.671,52
Σ	-	-	115	327.368,44	88	288.424,87

Fonte: SEPIN – Secretaria de Política de Informática
 (*) – dados não disponíveis para o ano base de 2011.

Quadro A.14.7 - Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela própria UJ (Não se Aplica)

Quadro A.14.8 - Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

Situação	2011(*)		2010		2009	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	37	-	24	-
PC Aguardando Análise	-	-	394	841.700.000,00	384	579.928.687, 24
PC em Análise	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	55	-	62	-

Fonte: SEPIN – Secretaria de Política de Informática
 (*) – dados não disponíveis para o ano base de 2011.

Quadro A.14.9 - Comunicações à RFB

Renúncia	2011				2010				2009		
	Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados		Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados		Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados
	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.
IPi	47	42	-	-	55	61	-	-	46	13	-

Quadro A.14.10 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

Ano	Metas				Renúncia/PIB (%)	Geração de empregos	
	Descrição	Indicador	Prev.	Real.	Nac.	Diretos	Indiretos
2011	-	-	-	-	0,106 *	120.000 *	-
2010	-	-	-	-	0,105	112.397	-
2009	-	-	-	-	0,098	96.814	-

Fonte: SEPIN – Secretaria de Política de Informática
 (*) – dados estimados para o ano base de 2011.


Quadro A.14.11 - Ações da RFB (Não se Aplica)

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE

Eu, **VIRGILIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA**, CPF nº **130.465.196-72**, **Secretário de Políticas de Informática**, declaro para os devidos fins, que na concessão e na renovação do benefício tributário previsto na(o) Decreto Nº 5.906/06, publicado no D.O.U. de 26.9.2006, foi verificada a situação de regularidade dos beneficiários com relação aos pagamentos dos tributos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS - e à Seguridade Social, em consonância com o disposto na Constituição Federal, art. 195, § 3º; na Lei nº 9.069/1995, art.60; na Lei nº 8.036/1990, art. 27, alínea “c”; e na Lei nº 8.212/1991, art. 47, inciso I, alínea “a”.

Destaco que os beneficiários abaixo relacionados não cumpriram tais dispositivos, razão pela qual as seguintes medidas saneadoras foram adotadas: (medidas adotadas para o cumprimento dos normativos acima mencionados). Não se aplica

Brasília, 23 de abril de 2012.



VIRGILIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA
CPF: 130.465.196-72
SECRETÁRIO DA SECRETARIA DE POLITICA DE INFORMÁTICA

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Política de Informática – SEPIN/MCT					2058
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	013.237/2005-5	1549/2007-Plenário	9.2.1	RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO	
2			9.2.2.2	RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO	
3			9.2.3	RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO	
4			9.2.4	RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO	
5			9.2.5	RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO	
6			9.2.6	RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO	
7			9.2.7	RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO	
8			9.2.8	RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO	
9	013.237/2005-5	2.230/2007-Plenário	9.2.1	Embargo	
10	024.171/2007-0	1.827/2010-Plenário	MCT	Representação	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Política de Informática – SEPIN/MCT					2058
Descrição da Deliberação:					
<p>“9.2.1. proceda à suspensão e, se for o caso, ao cancelamento dos benefícios fiscais das empresas incentivadas que não cumprirem os termos do § 9º do artigo 11 da Lei n. 8.248/1991, alterada pela Lei n. 10.176/2001, de acordo com os artigos 33 e 36 do Decreto n. 5.906/2006, pela não-apresentação, ou pela apresentação intempestiva, de relatórios descritivos das atividades de pesquisa e desenvolvimento previstas no projeto elaborado e dos respectivos resultados alcançados;”</p>					
<p>9.2.2.2. sejam estabelecidos os procedimentos para análise dos processos referentes à concessões de novas renúncias fiscais da Lei de Informática, bem como dos relatórios demonstrativos das aplicações das contrapartidas em pesquisa e desenvolvimento, prevendo prazos de análise, prazos para que as empresas apresentem contestações, a autoridade responsável pela análise dessas e ainda a quantidade máxima de contestações;</p>					
<p>9.2.3. proceda, junto ao Instituto UNIEMP, à transferência dos recursos materiais e financeiros depositados no referido Instituto aos convenientes responsáveis pela efetivação das atividades de pesquisa</p>					

e desenvolvimento a que se refere a Lei de Informática, uma vez que estão indevidamente custodiados no UNIEMP;	
9.2.4 revise todos os processos de parcelamento já realizados ou pendentes, de modo a adequar a autorização para recolhimento parcelado aos termos do Decreto n. 5.906/2006;	
9.2.5. exija das empresas que procedam à aplicação no fundo de que trata o inciso III do § 1º do artigo 11 da Lei de Informática, em valores atualizados e acrescidos de doze por cento, do valor residual dos investimentos de pesquisa e desenvolvimento previstos nesse artigo, no caso de não atingirem o mínimo fixado no exercício, consoante artigos 9º da Lei 8.248/1991 e 35 do Decreto n. 5.906/2006;	
9.2.6. abstenha-se, salvo motivo justificado, de conceder às empresas benefícios relativos a novos produtos ou modelos, ao verificar a existência de pendências quanto aos resíduos em aplicação em pesquisa e desenvolvimento por parte dessas, conforme previsto no artigo 9º da Lei 8.248/1991 e no artigo 36 do Decreto n. 5.906/2006;	
9.2.7. encaminhe à Secretaria da Receita Federal, tempestivamente, os pareceres e relatórios técnicos referentes às empresas inadimplentes com as exigências da Lei n. 8.248/91, visando ao lançamento dos tributos devidos pelas empresas descumpridoras da legislação, conforme art. 9º dessa Lei, com redação dada pela Lei n. 10.176/2004;	
9.2.8. realize a análise tempestiva de todos os Relatórios Demonstrativos das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento das empresas incentivadas pela Lei de Informática, tendo em vista o cumprimento dos objetivos previstos no art. 11, caput, e §§ 12 e 16, da Lei n. 8.248/1991, alterados e acrescidos pela Lei n. 10.176/2001 e Lei n. 11.077/2004;	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Política de Informática – SEPIN/MCT	2058
Síntese da providência adotada:	
9.2.1 – determinação atendida, com procedimento aplicado em curso, que até o ano de 2011, resultou na suspensão dos incentivos de 148 empresas e no cancelamento dos incentivos de 116 empresas.	
9.2.2.2. a) com relação á concessão: - publicação da Portaria MCT/MDIC nº 148/2007 (Instituiu a Câmara Técnica Interministerial para Pleitos de Concessão – CTI-PC) - publicação da Portaria MCT/MDIC nº 501/2010 (Implantou Módulo Eletrônico de Pleitos de Incentivo da Lei de Informática) b) com relação a relatórios demonstrativos: - procedimento operacional já adotado para a contestação; encontra-se em fase final de elaboração no âmbito da SEPIN proposta de regramento que disciplina prazo de análise e apresentação de contestações.	
9.2.3 - determinação esclarecida e solucionada em conformidade com o Acórdão 2230/2007-TCU – Planária, Item 9.2.1	
9.2.4 - implementada a determinação por meio do regramento de parcelamento de débito, Portaria MCT nº 97/2007, com o entendimento emanado do Acordo 2230/2007-TCU, Item 9.2.2	
9.2.5 – implementada a determinação por meio do regramento de quitação de débitos, Portaria MCT nº 772/2009.	
9.2.6 - a SEPIN recomenda a concessão de novos benefícios para empresas em situação regular quanto à suas obrigações de investimentos em P&D, que serão concedidos mediante a aprovação das três pastas ministeriais; MCT, MDIC e MF, conforme o disposto no § 2º do Decreto nº 5.906/2006.	
9.2.7 - trata-se de procedimento de rotina adotado pela SEPIN, quando caracterizada a inadimplência.	
9.2.8 - processo de operacionalização, que requer a redução significativa do déficit estrutural de técnicos qualificados da SEPIN e recursos adequados, para o cumprimento tempestivo das análises dos RD´s.	
Síntese dos resultados obtidos	
Publicação das Portarias: MCT/MDIC/MF nº 148/2007; MCT/MDIC nº 501/2010; MCT nº 178/2007; MCT nº 97/2007, 772/2009 e 344/2011.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Positivos: - o apoio das outras pastas governamentais envolvidas no processo de concessão de incentivos; e - as contribuições e orientações da CONJUR/MCT, foram relevantes na condução das atividades da SEPIN.	
Negativos:	

- o sistema informatizado de gestão da Lei de Informática – Sigplani, desenvolvido internamente no MCTI, apresentou diversos problemas de funcionalidades e segurança no ano de 2011. Ciente dos problemas, o MCTI, utilizando novo Sistema de Gestão e Automação em implantação para processos no MCTI, denominada plataforma Aquarius, iniciou o desenvolvimento de novos módulos informatizados de Gestão da Lei de Informática.

- o pequeno número de servidores dedicados à gestão da Lei de Informática e a participação de 3 (três) pastas governamentais no processo de concessão, contribuem para uma baixa eficiência.

15.1.2. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

- Desde 2001, com publicação da Lei nº 10.176/2001 que a Lei de Informática (Lei nº 8.248/1991), ocorreu um aumento contínuo e expressivo das atribuições/competências da SEPIN, o que não foi acompanhado com ajustes de estrutura do órgão frente às novas realidades;

- As demandas dos Órgãos de controle (TCU e CGU), tem-se tornado mais detalhadas, frequentes, muitas vezes repetitivas, ocorrendo de forma simultânea, e que, para serem atendidas requerem um nível de dedicação que impacta por tempo excessivo as atividades normais da Secretaria;

- A insistência das auditorias dos órgãos de controle com claro viés de tratar eventuais deficiências operacionais -- cujas razões foram inclusive objeto deste relatório – como conduta irregular ou dolo, por parte dos servidores da SEPIN, da forma que procuramos demonstrar, claramente equivocada, prejudica o interesse dos novos servidores em fazer carreira no órgão ou buscar assumir cargos de confiança. Inclusive reduz a motivação de servidores da carreira em integrar o quadro da SEPIN, prejudicando a renovação do quadro, elemento fundamental para que a política pública de TIC tenha continuidade e buscado ser uma política de Estado e não de Governo; e.

- A avaliação da SEPIN deveria levar em conta indicadores e resultados concretos da evolução do setor de TIC no Brasil, nesta última década, o que já tem sido reconhecido em recentes trabalhos acadêmicos e em declarações de representantes do setor produtivo e das instituições de ensino e pesquisa, que denotam o empenho da equipe em superar as constantes restrições estruturais e seu comprometimento com a missão institucional, relatado a seguir:

A Lei de Informática promoveu o aumento do mercado de TICs no Brasil

A Lei de Informática promoveu o aumento do mercado de TICs no Brasil por meio da intensificação da produção local. O faturamento total das empresas beneficiárias quase quadruplicou, no período de 1998 a 2011, crescendo de R\$ 13,2 bi para R\$ 60,0 bi. Deste montante, 50% corresponderam a

faturamento com produtos incentivados (Base SEPIN/MCT). As empresas beneficiárias também relataram em entrevistas presenciais, que a Lei de Informática foi fundamental para viabilizar a fabricação de novos produtos no País. Boa parte das empresas respondentes (70%) afirmaram a importância da Lei para o lançamento de novos produtos no País e 43% afirmaram que a ausência da Lei teria alto impacto para o investimento no País (Pesquisa de Campo, CGEE-GEOPI, 2010). Portanto, os produtos incentivados têm uma importante contribuição no faturamento total das empresas e a existência da Lei estimulou o crescimento da produção destes produtos.

De acordo com os dados do IBGE (base de dados PINTEC, 2005 e PIA 2007), as empresas beneficiárias da Lei apresentam receita líquida média 5,5 vezes maior e produtividade 42% maior do que as empresas da indústria de TICs que não utilizam o incentivo.

A Lei de Informática ampliou o investimento em P&D no País.

O investimento total em P&D das empresas beneficiárias cresceu 40% de 2003 a 2010 (R\$ 670 milhões/ano e R\$ 879 milhões/ano, respectivamente), sendo que o investimento realizado além da obrigação legal, em média, foi de 40% do total investido em P&D (Base SEPIN/MCT).

De acordo com a PINTEC 2005, os investimentos em P&D das empresas beneficiárias foram 3 vezes maiores que a média do restante da indústria de TICs brasileira, com pequenas e médias empresas ampliando em 43% seus investimentos e as grandes empresas em 17%.

Portanto, as empresas vêm aumentando seu investimento em P&D, além das obrigações legais e em níveis superiores aos da média da indústria.

A Lei de Informática estimula mais a produção local de bens finais

A principal motivação para utilizar a Lei de Informática foi, para 86% das empresas, a redução de custos de produção (Pesquisa de Campo, CGEE-GEOPI, 2010). Tendo foco na fabricação, a Lei não estimulou a entrada das empresas no fornecimento de serviços e em segmentos de hardware de maior valor agregado. A Lei viabiliza a atividade produtiva no país, mas é insuficiente para o desenvolvimento tecnológico e para ampliar a agregação de valor.

A Lei de Informática proporciona aumento da capacidade de inovação

Em relação à capacidade de inovação, 96% das beneficiárias da Lei responderam que realizaram alguma inovação, sendo que 19% das grandes empresas, 10% das pequenas e 12%

das médias empresas apresentaram inovações novas para o mundo (Pesquisa de Campo, CGEE-GEOPI, 2010) .

Segundo dados do IBGE, as empresas usuárias da Lei inovam duas vezes mais que as demais empresas da indústria. Aproximadamente 35% das beneficiárias da Lei obtêm inovações a partir da P&D gerada externamente à organização, enquanto que para o restante da indústria esta taxa é de 17%.

Houve também um crescimento da relação Benefício/Custo do investimento de P&D – aumento de 7 para 9 reais por real investido, tendo a Lei sido responsável por cerca de 60% deste aumento (Pesquisa de Campo, CGEE-GEOPI, 2010) . Ou seja, as empresas estão tornando seus investimentos em P&D cada vez mais eficazes.

ITEM 16 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	
Descrição da Recomendação	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Síntese das providências adotadas	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	
Descrição da Recomendação	
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Justificativas para o não atendimento	

ITEM 1 DA PARTE “B” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Quadro B.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local		Data	
Contador Responsável		CRC nº	

Quadro B.1.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício NÃO REFLETEM corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a).....</p> <p>b).....</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local		Data	
Contador Responsável		CRC nº	

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura			UNESCO		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil			914BRZ2018		
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2/008/2011					
<i>Objetivo da consultoria: Estudos técnicos de suporte para a elaboração de uma Estratégia Nacional de Software e Serviços de Tecnologia da Informação (TI), com o objetivo de gerar competências técnicas que mapeiem as principais áreas-foco em consonância com as políticas públicas emanadas a partir de 2007, tais como, Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI), Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e a Orientação Estratégica do Governo (OEG).</i>					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto No Contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
25/07/2011	25/03/2012	R\$ 96.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias.					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
<i>Produto 01: Documento Técnico: Contendo o diagnóstico inicial do setor de software e serviços de Tecnologia da Informação (TI), com destaque para o período pós-2008, interação entre diversos programas e iniciativas, bem como plano de coordenação das atividades;</i>		1º Produto: 25/08/2011	Produto 1: R\$ 25.000,00		
<i>Produto 02: Documento Técnico: Com os principais resultados das consultas realizadas aos atores representativos do setor de Software e Serviços de TI acerca do Plano Estratégico</i>		2º Produto: 25/11/2011	Produto 2: R\$ 35.000,00		

(academia, sociedade civil organizada, setor empresarial, etc), apresentando pontos relevantes, dificuldades, necessidades de novos instrumentos, atuação horizontal e vertical do setor, interação empresa-universidade necessária, dentre outros temas;		
Produto 03: Documento Técnico: Contendo a compilação de todos os encontros e consultas realizados, estruturando, nos diversos eixos possíveis, as ações tidas como estruturantes e o desenho de mecanismo das ações verticais derivadas em câmaras temáticas setoriais, que conterão as propostas estruturadas de desenho de novas políticas para o período 2011-2020.	3º Produto: 25/03/2012	Produto 3: R\$ 36.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Fernando Cesar Delgado Gemi	CPF: 129.508.098-20	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O consultor está dentro do prazo previsto.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil				914BRZ2018	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2/001/2011					
Objetivo da consultoria: Obter elementos que permitam avaliar a evolução das atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação, quantificar e qualificar os investimentos, identificar os resultados obtidos, propor aperfeiçoamento na legislação para estimular as atividades de P&D em tecnologia da informação na região.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto No Contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
27/05/2011	26/05/2012	R\$ 90.000,00	R\$ 44.000,00	R\$ 44.000,00	R\$44.000,00

Insumos Externos		
Passagens e diárias.		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
<p>Produto 1: Documento Técnico contendo: Planejamento do Trabalho; sumário do Estudo a Realizar; indicação dos Objetivos do Trabalho e Demais Condicionantes; organização e Divisão do Estudo; levantamento do cenário quanto aos aspectos econômicos, sociais e tecnológicos, das principais instituições de pesquisa e desenvolvimento da região, com a compilação de 20 casos concretos; e identificação das Fontes de Dados;</p> <p>Produto 2: Documento Técnico contendo: Reavaliação e Detalhamento do Planejamento do Trabalho; compilação do Resultado da Análise de 30 Casos Concretos; análise e avaliação da capacitação tecnológica das instituições usando indicadores, tais como, perfil dos recursos humanos, ambiente de pesquisa de desenvolvimento laboratórios, patentes geradas, formação e teses de pós-graduação, publicações técnicas, relevância dos projetos gerados e seus impactos sociais e econômicos; comentários com Indicação de Pontos Relevantes;</p> <p>Produto 3: Documento Técnico contendo: Consolidação Parcial dos Dados; compilação do Resultado da Análise de 40 Casos Concretos; análise e avaliação da capacitação tecnológica das instituições usando indicadores, tais como, perfil dos recursos humanos, ambiente de pesquisa de desenvolvimento laboratórios, patentes geradas, formação e teses de pós-</p>	<p>1º Produto: 27/07/2011</p>	<p>Produto 1: R\$ 20.000,00</p>
	<p>2º Produto: 28/10/2011</p>	<p>Produto 2: R\$ 24.000,00</p>
	<p>3º Produto: 10/02/2012</p>	<p>Produto 3: R\$ 24.000,00</p>

<p><i>graduação, publicações técnicas, relevância dos projetos gerados e seus impactos sociais e econômicos; e comentários com Indicação de Pontos Relevantes;</i></p> <p>Produto 4: Documento Técnico contendo: <i>Compilação do Resultado da Análise de 10 Casos Concretos; análise e avaliação da capacitação tecnológica das instituições usando indicadores, tais como, perfil dos recursos humanos, ambiente de pesquisa de desenvolvimento laboratórios, patentes geradas, formação e teses de pós-graduação, publicações técnicas, relevância dos projetos gerados e seus impactos sociais e econômicos; integração dos documentos técnicos parciais; consolidação Final dos Dados; e conclusões e Comentários.</i></p>	<p>4º Produto: 26/05/2012</p>	<p>Produto 4: R\$ 22.000,00</p>
--	--	--

Consultor contratado	
Nome do consultor: José Resende Junior	CPF: 428.327.721-53
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O consultor está dentro do prazo previsto.	

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil				914BRZ2018	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2/005/2011					
Objetivo da consultoria: <i>Obter elementos que permitam avaliar a estratégia adotada quanto à evolução e consolidação das instituições e dos centros de pesquisa da área de tecnologia da informação e identificar os resultados colhidos.</i>					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto No Contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício

10/06/2011	09/06/2012	R\$ 80.000,00	R\$ 46.000,00	R\$ 46.000,00	R\$46.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias.					
Produtos Contratados					
Descrição	Data prevista de entrega	Valor			
Produto 1: Documento técnico contendo estudo temático sobre a identificação de obstáculos, disfunções ou ajustes jurídicos na legislação de informática (com ênfase na Lei no 11.077, de 2004, e Decretos nos 5.906, de 2006 e 7010, de 2009), no que concerne ao credenciamento junto as instituições de ensino e pesquisa, com base na análise de 3 (três) casos concretos;	1º Produto: 17/08/2011	Produto 1: R\$ 22.000,00			
Produto 2: Documento técnico contendo estudo temático sobre a identificação de obstáculos, disfunções ou ajustes jurídicos nas resoluções de credenciamento das ICTs ou nos regulamentos concernentes ao credenciamento junto ao CATI de centros de pesquisa privados, com base na análise de 3 (três) casos concretos;	2º Produto: 19/10/2011	Produto 2: R\$ 24.000,00			
Produto 3: Documento técnico contendo roteiro e proposição de regulamento ou ato normativo, que sistematize e torne mais eficiente os procedimentos a serem seguidos pelas empresas beneficiárias dos Incentivos Fiscais da Lei de Informática na formulação de pleitos relativos a alterações de caráter jurídico nas condições vigentes à época de sua habilitação, com base na análise de 3 (três) casos concretos;	3º Produto: 21/02/2012	Produto 3: R\$ 18.000,00			

Produto 4: documento técnico contendo roteiro e proposição regulamento ou ato normativo, que oriente e sistematize os procedimentos a serem seguidos pela SEPIN na gestão das condições previstas na legislação para a manutenção do credenciamento pelas ICTs, com base na análise de 3 (três) casos concretos.	4º Produto: 09/06/2012	Produto 4: R\$ 16.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Luciane Lopes Siqueira de Castro	CPF: 610.926.651-53	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: A consultora está dentro do prazo previsto.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil				914BRZ2018	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2/009/2011					
Objetivo da consultoria: Estudos técnicos de suporte à elaboração de ações de apoio à internacionalização de empresas de base tecnológica em Tecnologia da Informação (TI), portadoras de grande capital intelectual solidificado em produtos e serviços intensivos em desenvolvimento tecnológico e inovação. O objetivo é levantar informações, com destaque para o período pós-2008, compilar dados e realizar estudos de mercado para apoiar a efetiva internacionalização de empresas de TI inovadoras que, muitas vezes, recebem aportes de recursos governamentais para C,T&I.					
Período de Vigência			Remuneração		
Início	Término	Total Previsto No Contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
25/07/2011	25/02/2012	R\$ 64.000,00	R\$ 39.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data		Valor

	prevista de entrega	
<p>Produto 01: Documento Técnico: Contendo o diagnóstico e benchmarks do cenário atual (pós-2008) da internacionalização de empresas de base tecnológica em TI; e plano de coordenação das atividades;</p>	<p>1º Produto: 25/09/2011</p>	<p>Produto 1: R\$ 15.000,00</p>
<p>Produto 02: Documento Técnico: Com a identificação da oferta de programas dos setores público, privado e academia, assim como a oferta de programas educacionais nacionais voltados ao apoio à internacionalização destas empresas;</p>	<p>2º Produto: 25/12/2011</p>	<p>Produto 2: R\$ 24.000,00</p>
<p>Produto 03: Documento Técnico: Contendo a proposta e a análise de resultados das propostas de parceria para o apoio à internacionalização de empresas de TI com foco em inovação; resultados dos Workshops de alinhamento com os diversos atores, identificando os pontos fortes e fracos, assim como análise crítica das possibilidades de sucesso de iniciativas como esta.</p>	<p>3º Produto: 25/02/2012</p>	<p>Produto 3: R\$ 25.000,00</p>
Consultor contratado		
Nome do consultor: Pedro Sitta Pizzolato	CPF: 351.358.618-31	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O consultor está dentro do prazo previsto.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura			UNESCO		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil			914BRZ2018		
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2/010/2011					
<i>Objetivo da consultoria: Estudos técnicos de suporte à elaboração de um programa estruturado de apoio à inovação, ao empreendedorismo e ao capital semente para o setor de Tecnologia da Informação (TI). Por meio de uma extensa e precisa análise de mercado interno e externo, o propósito deste projeto é desenhar um plano de ação que contemple iniciativas de curto e médio prazo alinhadas a uma visão estratégica setorial, de forma a realizar um levantamento do cenário atual (pós-2008) da inovação no mercado brasileiro de TI e as possibilidades de desenvolver o setor incentivando o empreendedorismo.</i>					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto No Contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
25/07/2011	25/02/2012	R\$ 96.000,00	R\$ 66.000,00	R\$ 41.000,00	R\$ 41.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias.					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
<i>Produto 01: (a) Documento Técnico contendo o Plano de coordenação das atividades, assim como o diagnóstico do cenário atual (pós-2008) do mercado brasileiro de venture capital, enfatizando itens relativos às consultas estruturadas a outros atores (fundos de investimento, outros órgãos de governo, entidades empresariais e empresas), compilação de entrevistas e rodadas de discussão realizadas;</i>		<i>1º Produto: 25/08/2011</i>	<i>Produto 1: R\$ 20.000,00</i>		

<p>Produto 02: (b) Documento Técnico com o resumo dos programas e iniciativas atuais (pós-2008), necessidades de reforma, diagnóstico da priorização de agenda setorial para o avanço do segmento de venture capital em TI e desenho de mecanismo sobre o marco regulatório e leis de incentivo a partir de 2008;</p> <p>Produto 03: (c) Documento Técnico com a caracterização e avaliação das possibilidades de fontes internacionais de recursos, estudo do número e composição técnica de ecossistemas digitais de TI que poderão ser impulsionados por meio dos investimentos públicos e privados de venture capital no período 2011-2020 (ex.; petróleo&gás, telecomunicações, saúde, defesa, etc), bem como avaliação preliminar de possíveis tecnologias passíveis de compra pelo mercado, por cada ecossistema digital de TI.</p> <p>Produto 04: (d) Documento Técnico contendo a proposta e a análise de resultados das consultas realizadas; resultados das entrevistas e rodadas de discussão com os diversos atores, identificando pontos fortes e fracos, assim como análise crítica das possibilidades de sucesso dos ecossistemas digitais estabelecidos em (c).</p>	<p>2º Produto: 25/09/2011</p>	<p>Produto 2: R\$ 21.000,00</p>
	<p>3º Produto: 25/11/2011</p>	<p>Produto 3: R\$ 25.000,00</p>
	<p>4º Produto: 25/02/2012</p>	<p>Produto 4: R\$ 30.000,00</p>
Consultor contratado		
Nome do consultor: Ricardo Pinheiro Asse	CPF: 252.594.508-50	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O consultor está dentro do prazo previsto.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura			UNESCO		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil			914BRZ2018		
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2/004/2011					
<i>Objetivo da consultoria: Obter elementos que permitam avaliar a estratégia adotada quanto a evolução e consolidação da indústria de produtos de tecnologia da informação e identificar os resultados colhidos.</i>					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto No Contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
27/05/2011	26/05/2012	R\$ 90.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias.					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
Produto 1: Documento técnico contendo estudo temático sobre a análise e avaliação do segmento de telecomunicações, no que concerne ao comportamento da balança comercial e competitividade no mercado interno, com base em 2 (dois casos) concretos;		1º Produto: 27/07/2011	Produto 1: R\$ 14.000,00		
Produto 2: Documento técnico contendo estudo temático sobre a análise e avaliação do segmento de microinformática, no que concerne ao comportamento da balança comercial e competitividade no mercado interno, com base em 2 (dois casos) concretos;		2º Produto: 21/09/2011	Produto 2: R\$ 16.000,00		
Produto 3: Documento técnico contendo estudo temático sobre a análise e avaliação do segmento					

<p><i>de comunicação de dados, no que concerne à capacidade de desenvolvimento de tecnologia nacional, com base em 2 (dois casos) concretos;</i></p> <p>Produto 4: <i>Documento técnico contendo estudo temático sobre a análise e avaliação da política de fomento a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) relacionada ao processo produtivo básico PPB (Processo Produtivo Básico), para o segmento de microcomputadores, com base em 2 (dois casos) concretos;</i></p> <p>Produto 5: <i>Documento técnico contendo estudo temático sobre a análise e avaliação da política de fomento a TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) relacionada ao processo produtivo básico (PPB), para o segmento de automação, com base em 2 (dois casos) concretos;</i></p> <p>Produto 6: <i>Documento técnico contendo estudo temático sobre a análise e avaliação da política de fomento a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no que concerne à geração de emprego e desenvolvimento de fornecedores por empresas prestadoras de serviços de manufatura terceirizada, com base em 2 (dois casos) concretos.</i></p>	<p>3º Produto: 25/10/2011</p> <p>4º Produto: 30/12/2011</p> <p>5º Produto: 01/03/2012</p> <p>6º Produto: 26/05/2012</p>	<p>Produto 3: R\$ 18.000,00</p> <p>Produto 4: R\$ 12.000,00</p> <p>Produto 5: R\$ 17.000,00</p> <p>Produto 6: R\$ 13.000,00</p>
Consultor contratado		
<p>Nome do consultor: Roberto Belisario de Oliveira</p>	<p>CPF: 217.615.827-04</p>	
<p>Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Houve atraso na entrega de produtos, porém o consultor está dentro do prazo determinado no contrato.</p>		

ANEXO

Programa de Trabalho: 19.572.1388.4967.0001 - Estímulo ao Desenvolvimento da Indústria de Software e Serviços Correlatos - Nacional

PTRES: 021578

Ação: 4967 - Estímulo ao Desenvolvimento da Indústria de Software e Serviços Correlatos

Empenho	Favorecido	Nome Favorecido	Objeto	ND	PI	Empenhado	Liquidado	Pago
800069	13154322000137	PO & JS EVENTOS LTDA	Contratação de empresa especializada para organização de evento: x simpósio brasileiro de qualidade de software. Sol. 198/2011 e req. 216/2011. Ugr. 153019.240116 - x simpósio brasileiro de qualidade de software.	339039	49670001003	79.000,00	79.000,00	79.000,00
800106	35636034000151	DISTAK AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	Atender ao memo nr. 116/gab/sepim de 30/03/2011 - realização do simpósio brasileiro de qualidade de software - sbqs 2011. acao 4967-mct- processo 01200.000556/2011-73 proc origem: 2010pr00027	339033	49670001003	14.206,97	14.206,97	14.206,97
800128	13154322000137	PO & JS EVENTOS LTDA	contratacao de empresa especializada para organizacao de evento: x simposio brasileiro de qualidade de software. sol. 319/2011 e req. 390/2011. ugr. 153019.240116 - proc. de origem: pregao 02/2011, ne800069/2011 proc orig	339039	49670001003	6.000,00	6.000,00	6.000,00
000623	03508097000136	REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP	celebracao do termo aditivo entre o ministerio da ciencia, tecnologia e inovacao e a rede nacional de ensino e pesquisa - rnp, conforme memo 84/2011 - cgos/ scup de 29/11/2011.	335039	49670001003	1.350.000,00	1.350.000,00	-
802421	01679152000125	ASSOCIACAO PARA PROMOCAO DA EXCELENCIA DO SOFTWARE BRAS	TERMO DE PARCERIA.	335041	49670001003	109.440,00	109.440,00	-

Programa de Trabalho: 19.572.1388.8500.0001 - Apoio a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento da TV Digital - Nacional

PTRES: 021581

Ação: 8500 - Apoio a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento da TV Digital

Empenho	Favorecido	Nome Favorecido	Objeto	ND	PI	Empenhado	Liquidado	Pago
000622	03508097000136	REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP	CELEBRACAO DO TERMO ADITIVO ENTRE O MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO E A REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP, CONFORME MEMO 83/2011 -CGOS/ SCUP DE 29/11/2011.	335039	85000001001	450.000,00	450.000,00	-

Programa de Trabalho: 19.572.1388.6432.0001 - Promoção do Desenvolvimento da Indústria de Projetos e Fabricação de Componentes Semicondutores

PTRES: 004843

Ação: 6432 - Promoção do Desenvolvimento da Indústria de Projeto e Fabricação de Componentes Semicondutores

Empenho	Favorecido	Nome Favorecido	Objeto	ND	PI	Empenhado	Liquidado	Pago
032655	36410236201	CNPQ - ADMINISTRACAO CENTRAL/CNPQ	MENSALIDADES DE BOLSISTAS NO PAIS - ACOES ATIVIDADES/MCT AMBITO ACAO 6432 - CTI.	339018	64320001002	148.000,00	148.000,00	-
019485	08907714215	OSCAR SALVIANO SILVA FILHO	REF. EDITAL/CHAM. CHAM PCI , AI/PROGRAMA DE CAPACITACAO INSTITUCIONAL/PCI, DSE 055582/2011	339020	64320001001	100.500,00	100.500,00	-
030415	36651729004	JOAO BAPTISTA DOS SANTOS MARTINS	REF. EDITAL/CHAM. ED 592008 CI BRAS L2, AI/PROGRAMA PARA PROJETOS DE CIRCUITOS INTEGRADOS, DSE 066920/2011	339020	64320001001	200.000,00	200.000,00	200.000,00
032714	05495249755	NADIA NEDJAH	REF. EDITAL/CHAM. UNIVERSAL 2011, APQ/PROGRAMA BASICO DE CIENCIA DA COMPUTACAO, DSE 075181/2011	339020	64320001001	19.000,00	19.000,00	-
032715	17427447883	ALFREDO GOLDMAN VEL LEJBMAN	REF. EDITAL/CHAM. UNIVERSAL 2011, APQ/PROGRAMA BASICO DE CIENCIA DA COMPUTACAO, DSE 075183/2011	339020	64320001001	19.000,00	19.000,00	-
032716	28783018387	ROSSANA MARIA DE CASTRO ANDRADE	REF. EDITAL/CHAM. UNIVERSAL 2011, APQ/PROGRAMA BASICO DE CIENCIA DA COMPUTACAO, DSE 075184/2011	339020	64320001001	80.000,00	80.000,00	-
032717	37163248334	CARLILE CAMPOS LAVOR	REF. EDITAL/CHAM. UNIVERSAL 2011, APQ/PROGRAMA BASICO DE CIENCIA DA COMPUTACAO, DSE 076226/2011	339020	64320001001	30.000,00	30.000,00	-
032718	65696611915	ALTAIR OLIVO SANTIN	REF. EDITAL/CHAM. UNIVERSAL 2011, APQ/PROGRAMA BASICO DE CIENCIA DA COMPUTACAO, DSE 076227/2011	339020	64320001001	40.000,00	40.000,00	-
032719	67775659300	RENATO DE FREITAS BULCAO NETO	REF. EDITAL/CHAM. UNIVERSAL 2011, APQ/PROGRAMA BASICO DE CIENCIA DA COMPUTACAO, DSE 076229/2011	339020	64320001001	7.500,00	7.500,00	-
032720	45411891000	MARTINS PREFEITURA/ENT.CTA.UNICA-TCT	REF. EDITAL/CHAM. UNIVERSAL 2011, APQ/PROGRAMA BASICO DE CIENCIA DA COMPUTACAO, DSE 076231/2011	339020	64320001001	30.000,00	30.000,00	-
032721	90688384404	BENJAMIN RENE CALLEJAS BEDREGAL	REF. EDITAL/CHAM. UNIVERSAL 2011, APQ/PROGRAMA BASICO DE CIENCIA DA COMPUTACAO, DSE 076403/2011	339020	64320001001	34.813,39	34.813,39	-
032722	06456762847	ROSANE MINGHIM	REF. EDITAL/CHAM. UNIVERSAL 2011, APQ/PROGRAMA BASICO DE CIENCIA DA COMPUTACAO, DSE 076406/2011	339020	64320001001	50.000,00	50.000,00	-
801478	00000424000156	DEBRITO PROPAGANDA LTDA	CONTRATACAO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTACAO DE SERVICO EM CONFORMIDADE COM OCONTRATO 4/2006, REFERENTE AO SEXTO TERMO ADITIVO. PROC ORIGEM: 2005CC00001	339039	64320001001	7.224,00	7.224,00	7.224,00

800384	50870575000133	AURUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA	AQUISICAO DE MOBILIARIO PROC ORIGEM: 05001672010	449052	64320001001	10.073,00	10.073,00	-
800385	50870575000133	AURUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA	AQUISICAO DE CADEIRAS PROC ORIGEM: 05000132010	449052	64320001001	13.655,36	13.655,36	-
800388	82901000000127	INTELBRAS S.A. INDUSTRIA DE TELECOMUNICACAO ELETRONICA	AQUISICAO DE CENTRAL TELEFONICA PROC ORIGEM: 05000592010	449052	64320001001	4.005,00	4.005,00	-
800390	08599785000172	MULTICOMPANY BRASIL TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA - EPP	AQUISICAO DE APARELHO TELEFONICO E FAX PROC ORIGEM: 05000392010	449052	64320001001	5.983,00	5.983,00	-
800433	94316916000360	LTA RH INFORMATICA COMERCIO REPRESENTACOES LTDA	AQUISICAO DE SERVIDOR, RACK E SWITCH PROC ORIGEM: 05000722010	449052	64320001001	49.200,00	49.200,00	-
800462	03810869000190	ARTLINE IND E COM DE MOVEIS LTDA	AQUISICAO DE MOVEIS PROC ORIGEM: 05005472010	449052	64320001001	17.014,15	17.014,15	-
800496	EX1290210	LPKF LASER & ELECTRONICS AG	AQUISICAO DE SISTEMA DE PROTOTIPAGEM DE CIRCUITO IMPRESSO PROC ORIGEM: 2011IN00017	449052	64320001001	100.069,49	100.069,49	100.069,49

Programa de Trabalho: 19.122.1388.2272.0001 - Gestão e Administração do Programa

PTRES: 004751

Ação: 2272 - Gestão e Administração do Programa

Empenho	Favorecido	Nome Favorecido	Objeto	ND	PI	Empenhado	Liquidado	Pago
000038	24010100001	COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS/TESOURO	PARA ATENDER DESPESAS DE DIARIAS COM SERVIDOR NO PAIS/EXTERIOR. SEPIN, ACAA 2272 - PTRES 4751.	339014	13882272003	65.452,49	65.452,49	65.452,49
000366	24010100001	COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS/TESOURO	PARA ATENDER DESPESAS COM DIARIAS SERVIDOR NO PAIS/EXTERIOR. SEPIN - ACAA 2272 - PTRES 4751	339014	22720001005	71.320,04	71.320,04	71.320,04
800090	37979739000105	MONEY TURISMO LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO DE PASSAGENS AEREAS NACIONAL. SEPIN. PROC ORIGEM: 2010PR00001. PROC ORIGEM: 05000012010	339033	13882272003	56.738,25	56.738,25	56.738,25
800091	37979739000105	MONEY TURISMO LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO DE PASSAGENS AEREAS INTERNACIONAIS. SEPIN. PROC ORIGEM: 2010PR00001 PROC ORIGEM: 2010PR00001	339033	13882272003	37.434,21	37.434,21	37.434,21
801144	37979739000105	MONEY TURISMO LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DA PRESTACAO DE SERVICOS DE RESERVA, EMISSAO, MARCACAO E REMARCAÇÃO DE PASSAGENS AEREAS EM AMBITO NACIONAL. (SEPIN). ACAA 2272. PROC ORIGEM: 2010PR00001	339033	22720001005	108.257,07	108.257,07	108.257,07

801146	37979739000105	MONEY TURISMO LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DA PRESTACAO DE SERVICOS DE RESERVA, EMISSAO, MARCAÇÃO E REMARCAÇÃO DE PASSAGENS AEREAS EM AMBITO INTERNACIONAL (SEPIN). ACAA 2272. PROC ORIGEM: 2010PR00001	339033	22720001005	40.257,68	40.257,68	40.257,68
800523	01596964000107	PATRIMONIAL SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA	ATENDER DESPESAS COM PRESTACAO DE SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO SEM EMPREGODE MATERIAL - SEPIN- ACAA 2272. PROC ORIGEM: 2008PR00033	339034	13882272003	229.163,48	229.163,48	229.163,48
801099	01596964000107	PATRIMONIAL SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA	ATENDER DESPESAS COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO SEM EMPREGODE MATERIAL. SEPIN - AÇÃO: 2272. PROC ORIGEM: 2008PR00033	339034	22720001005	213.999,97	213.999,97	183.947,32
000039	24010100001	COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS/TESOURO	PARA ATENDER DESPESAS DE DIARIAS COM COLABORADOR NO PAIS/EXTERIOR. SEPIN, ACAA 2272 - PTRES 4751.	339036	13882272003	838,40	838,40	838,40
000371	24010100001	COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS/TESOURO	OBJETIVANDO ATENDER DESPESAS REALIZADAS COM PAGAMENTO DE DIÁRIAS, NO PAÍS/EXTERIOR, PARA COLABORADOR EVENTUAL.	339036	22720001005	1.259,10	1.259,10	1.259,10
000117	24013300001	COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS/TESOURO	ESTAGIÁRIOS - SEPIN	339036	13882272003	1.594,00	1.594,00	1.594,00
800084	72620735000129	AGIL SERVICOS ESPECIAIS LTDA	ATENDER DESPESAS COM PRESTACAO DE SERVICOS DE APOIO OPERACIONAL SEM EMPREGO DEMATERIAL - SEPIN - AÇÃO 2272. PROC ORIGEM: 2008PR00033	339037	13882272003	11.967,82	11.967,82	11.967,82
800645	72620735000129	AGIL SERVICOS ESPECIAIS LTDA	PARA CONTRATAÇÃO, EM CARATER EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTACADOS SERVICOS DE APOIO OPERACIONAL, SEM EMPREGO DE MATERIAL, PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DO MCT. SEPIN - CONFORME CONTRATO 07/2011 PROC ORIGEM: 2011DI00023	339037	13882272003	11.308,62	11.308,62	11.308,62
801177	72620735000129	AGIL SERVICOS ESPECIAIS LTDA	PARA CONTRATAÇÃO, EM CARATER EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTACADOS SERVICOS DE APOIO OPERACIONAL, SEM EMPREGO DE MATERIAL PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DO MCT, CONFORME CONTRATO 07/2011. (SEPIN) PROC ORIGEM: 2011DI00023	339037	22720001005	10.806,02	10.806,02	10.806,02
801695	06090065000151	PH SERVICOS E ADMINISTRACAO LTDA	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA ESPECIALIZADA EM PRETAÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIOOPERACIONAL , SEM EMPREGO DE MATERIAL, PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DO MCTI. PROC ORIGEM: 2011PR00013	339037	22720001005	8.135,53	8.135,53	8.135,53

801786	72620735000129	AGIL SERVICOS ESPECIAIS LTDA	REPACTUACAO CONTRATO 18/2009 - APOIO OPERACIONAL PROCESSO 01200.001419/2008 PROC ORIGEM: 2008PR00033	339037	22720001005	428,83	428,83	428,83
800058	38058061000182	ROSARIO LOCADORA DE VEICULOS LTDA	CONTRATONº. 05/2009. PROC ORIGEM: 2008PR00024 (SEPIN) PROC ORIGEM: 2008PR00024	339039	13882272003	29.647,64	29.647,64	29.647,64
800689	08228323000149	HWC EMPREENDIMENTOS LTDA	OBJETIVANDO SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE CRACHÁS E BANNERS PARA ATENDER O ENCONTRODA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE EM SOFTWARE (EQPS), CONFORME MEM. 172/11/CGPC/SE-PIN, DE 13/5/11 E MEM. 173/11/CGPC/SEPIN, DE 06/6/11.PROC.01200.001534/11-21.	339039	13882272003	3.141,20	3.141,20	3.141,20
801011	00000424000156	DEBRITO PROPAGANDA LTDA	PARA ATENDER DESPESAS COM A IMPRESSÃO DE 800(OITOCENTOS) EXEMPLARES DO LIVRO "PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS" DA SEPIN, CONFORME MEM. 274/2011-SEPIN, DE 12/07/2011. PROC ORI	339039	13882272003	39.045,72	39.045,72	21.209,42
801145	38058061000182	ROSARIO LOCADORA DE VEICULOS LTDA	ATENDER DESPESA COM SERVIÇO DE TRANSPORTE TERRESTRE DE PESSOAS E PEQUENAS CAR-GAS, SEM FRANQUIA, EM VEÍCULO PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE, CONFORME CONTRATONº. 05/2009. PROC ORIGEM: 2008PR00024	339039	22720001005	44.121,76	44.121,76	32.119,39
801737	21246699000144	ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO A GESTÃO EM INFRAESTRUTURA DE REDES. PROC ORIGEM: 2011PR00011	339039	22720001005	44.999,88	44.999,88	-
000333	06773764645	DAVI CANCADO DUTRA COTA	RESSARCIMENTO DE PASSAGEM TERRESTRE - SDP 4141/11- SEPIN EM NOME DE DAVI CANCADO DUTRA COTA, CONFORME MEMO 13/2011 SEPIN DE 18/7/2011.	339093	13882272003	65,41	65,41	65,41
000336	13153676100	CELSO WILIAN BORGES	RESSARCIMENTO DE PASSAGEM TERRESTRE, CONFORME MEMO. Nº12/20110- CGTE/SEPIN. AÇÃO 2272 PTERES 4751.	339093	13882272003	65,41	65,41	65,41
000337	13153676100	CELSO WILIAN BORGES	RESSARCIMENTO DE PASSAGEM TERRESTRE, CONFORME MEMO. Nº 14/2011/CGTE/SEPIN. AÇÃO 2272 PTRES 4751	339093	13882272003	34,70	34,70	34,70
000338	06773764645	DAVI CANCADO DUTRA COTA	OBJETIVANDO PAGAMENTO DE DESPESA - INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE - P/ COMPRA DE BILHETES RODOVIÁRIO - TRECHO SÃO PAULO/EXTREMA(MG)/SÃO PAULO, COMFORME MEMORANDONº. 15/2011/CGTE/SEPIN, DATADO EM 1/8/2011, E PCDP Nº. 4591/11-SEPIN.	339093	13882272003	34,70	34,70	34,70

000461	70671141104	EDUARDO BATISTA DOS SANTOS CORDEIRO	RESSARCIMENTO AO SERVIDOR EDUARDO BATISTA DOS SANTOS CORDEIRO, PCDP 6198/11, CORRESPONDENTE A REMARCAÇÃO DE BILHETE EMITIDO COM DATA INDEVIDA.	339093	22720001005	100,00	100,00	100,00
000532	65254856068	CESAR ALBENES ZEFERINO	OBJETIVANDO RESSARCIMENTO À SERVIDOR DE DESPESA REALIZADA COM AQUISIÇÃO DE BI-LHETE AÉREO, EMPRESA GOL, TRECHO SANTA CATARINA(SC)/SP/SC, EM CONFORMIDADE COMO MEM. Nº. 546/2011/GAB/SEPIN, 10/11/2011.	339093	22720001005	1.007,68	1.007,68	1.007,68
000607	05585634658	RAFAEL HENRIQUE RODRIGUES MOREIRA	RESSARCIMENTO REFERENTE A REMARCAÇÃO DO BILHETE DA GOL NO TRECHO CGH/BSB, DEVIDO AO RETORNO ADIANTADO DO DIA 10/11 PARA 11/11/11 POR MOTIVO DE MUDANÇA DE AGENDA DO SECRETARIO QUE O ACOMPANHOU NA REUNIAO DO COMITE GESTOR -GGLBR	339093	22720001005	793,00	793,00	793,00
000013	26187140753	AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA	PAGTO. DE INDENIZAÇÃO MORADIA REF. AO MES DE JANEIRO DE 2011 PARA O SERVIDOR AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA	339093	13882272003	2.650,00	2.650,00	2.650,00
000058	13046519672	VIRGILIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA	AJUDA DE CUSTO AO SERVIDOR VIRGILIO AUGUSTO FERNANDES DE ALMEIDA	339093	13882272003	18.773,74	18.773,74	18.773,74
000067	13046519672	VIRGILIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA	AUXILIO-MORADIA - VIRGILIO A. F. ALMEIDA	339093	13882272003	23.969,04	23.969,04	23.969,04
800751	13182559000121	JOAO BATISTA CARDOSO RODRIGUES	AQUISIÇÃO E INSTALACAO DE PORTA DE VIDRO TEMPERADO, A SER INSTALA NAS DEPENDENCIAS DA SEPIN, CONFORME MEMO 17/2011-GAB/SEPIN DE 31/03/11 PROC ORIGEM: 2011DI00024	449030	13882272003	1.985,00	1.985,00	1.985,00
801886	72381189000625	DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA	AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES TIPO DESKTOP (10) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MINISTERIO DA CIENCIA , TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI PROC ORIGEM: 05000162011	449052	22720001005	21.898,90	21.898,90	21.898,90
802017	07275920000161	LENOVO TECNOLOGIA (BRASIL) LIMITADA	AQUISIÇÃO DE 82 MICROCOMPUTADORES TIPO NOTEBOOK ATE 2,5 KG, PARA ATENDER DEMANDA DO MCTI. PROC ORIGEM: 05001812010	449052	22720001005	228.780,00	228.780,00	-
802271	08437917000160	TTI INFORMATICA REPRESENTACAO E CONSULTORIA LTDA	AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE VPN(VIRTUAL PRIVATE NETWORK) PROCESSO: 01200.003637/2011-25 PROC ORIGEM: 05000042011	449052	22720001005	298.672,92	298.672,92	-
802358	00162720000153	TAMANDARE INFORMATICA LTDA	AQUISIÇÃO DE ESTAÇÕES GRAFICAS E UNIDADE DE BACKUP PARA O MCTI PROCESSO : 01200.004095/2011-16 PROC ORIGEM: 05000022011	449052	22720001005	219.736,00	219.736,00	-